A etnometodologia indica que as regras sociais, embora tenham caráter imperativo para as pessoas, dependem de avaliações contextuais que ocorrem todo o tempo na vida cotidiana. O "etnométodo", implícito na palavra etnometodologia, refere-se, assim, aos métodos do senso comum usados pelas pessoas no mundo social para entender e gerenciar a realidade. Trata-se de uma microssociologia que trouxe como um problema teórico maior a ideia de que as estruturas sociais que – de acordo com certa sociologia paradigmática – deveriam *guiar* os atores repetindo cursos de movimentos e reproduzindo a sociedade, não podem desempenhar esse papel independente do gerenciamento contextual de sua aplicação pelos atores. Assim, as instituições sociais devem ser investigadas por meio de suas rotinas reais, e também pelas situações que quebram as expectativas da rotina e terminam por explicitar temas conflitantes entre os atores.

EDITORA VOZES

www.vozes.com.br
vendas@vozes.com.br

ISBN 978-85-326-5599-8

Estudos de etnometodologia

HAROLD GARFINKEL

HAROLD GARFINKEL

Estudos de etnometodolog

CÓPIA NÃO AUTORIZADA É CRIME
ABDR
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPROGRÁFICOS
RESPEITE O DIREITO AUTORAL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Garfinkel, Harold
Estudos de etnometodologia / Harold Garfinkel. –
Petrópolis, RJ : Vozes, 2018.

Vários tradutores.
Título original: Studies in ethnomethodology.

1ª reimpressão, 2018.

ISBN 978-85-326-5599-8

1. Etnometodologia I. Título.

17-07714 CDD-301

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia 301

HAROLD
Estudos de etnometodologia
GARFINKEL

EDITORA VOZES
Petrópolis

Sumário

Apresentação da tradução brasileira, 9

Introdução, 17
Anne Warfield Rawls

Prefácio (1967), 87

1 O que é etnometodologia?, 93

2 Estudos dos fundamentos rotineiros das atividades cotidianas, 122

3 Conhecimento de senso comum das estruturas sociais – O método documentário de interpretação no levantamento leigo e profissional de fatos, 157

4 Algumas regras de tomada de decisão correta que os jurados respeitam, 182

5 Passagem e gerenciamento do *status* sexual em uma pessoa "intersexuada", 192

6 "Boas" razões organizacionais para "maus" registros clínicos, 254

7 Adequação metodológica no estudo quantitativo dos critérios e atividades de seleção em clínicas psiquiátricas ambulatoriais, 273

8 As propriedades racionais das atividades científicas e de senso comum, 330

Ensaio inédito de 1946 – Algumas reflexões sobre a Teoria da Ação e a Teoria dos Sistemas Sociais, 349

1 O que é etnometodologia?

Os estudos a seguir buscam tratar atividades práticas, circunstâncias práticas e raciocínio sociológico prático como tópicos de estudo empírico e, ao dedicarem às atividades mais comuns do cotidiano a atenção usualmente dispensada a eventos extraordinários, procuram estudá-las como fenômenos em si. A recomendação central desses estudos é a de que as atividades pelas quais os membros produzem e gerenciam situações de afazeres cotidianos organizados são idênticas aos procedimentos empregados pelos membros para tornar essas situações relatáveis. O caráter "reflexivo" ou "encarnado" de práticas de relato e dos próprios relatos forma o cerne da recomendação. Quando falo de relatável, meus interesses direcionam-se para questões como as seguintes: eu quero dizer observável-e-relatável, ou seja, disponível para os membros como práticas situadas de olhar-e-dizer. Quero dizer, também, que tais práticas consistem em uma realização sem fim, contínua, contingente; que elas são conduzidas e feitas acontecer sob os auspícios dos mesmos afazeres ordinários que, ao organizá-las, as descrevem; que as práticas são realizadas pelas partes daquelas situações, de cuja habilidade, conhecimento e direito ao funcionamento detalhado daquela realização (sua competência) elas obstinadamente dependem, reconhecem, usam e tomam como dados; e o fato de que aceitam sua competência sem questionar em si fornece às partes as características distintivas e específicas de uma situação e, é claro, fornece também recursos, problemas, projetos e todo o resto.

Helmer e Rescher[1] resumiram algumas características estruturalmente equivocadas dos métodos e resultados obtidos por pessoas que fazem sociologia, leigas e profissionais, para tornarem observáveis atividades práticas. Os autores observam que as prescrições são "como-lei", restritas espaçotemporalmente e "frouxas", quando os relatos dos membros de atividades cotidianas são usados como prescrições para localizar, identificar, analisar, classificar, e para tornar reconhecível ou orientar-se em ocasiões comparáveis. Por "frouxa", entende-se que, embora sejam intencionalmente condicionais em sua forma lógica, "a natureza das condições é tal que, frequentemente, não podem ser completa ou inteiramente explicadas". Os autores citam como exemplo uma declaração do século XVIII sobre táticas de navegação a vela. Eles apontam que a declaração, como condição de teste, faz referência ao estado da artilharia naval.

> Ao elaborar as condições (sob as quais tal declaração se sustentaria) o historiador delineia o que é típico do lugar e do período. As implicações completas de tal referência podem ser vastas e inesgotáveis; por exemplo... a artilharia logo se ramifica, via tecnologia de trabalhar metal, em metalurgia, mineração etc. Assim, as condições que são operativas na formulação de uma lei histórica podem, apenas, ser indicadas de uma forma geral, e não são, necessariamente, articuladas de forma exaustiva; na maioria das vezes, na verdade, não se pode esperar de fato que o sejam. Essa característica de tais leis é aqui designada como *frouxidão*...
>
> Uma consequência da frouxidão de leis históricas é não serem universais, mas meramente quase-gerais, no sentido de que admitem exceções. Uma vez que as condições que delimitam a área de aplicação da lei são frequentemente não articuladas de forma exaustiva, uma suposta violação da lei pode ser explicável pela demonstração de que uma precondição legítima, mas até então não formulada, não é satisfeita no caso em consideração.

Considere-se que isso vale em qualquer caso *específico*, e vale não por causa do sentido da "quase-lei", mas por causa das práticas específicas e reais dos investigadores.

Além disso, Helmer e Rescher apontam que:

> Pode-se considerar que as leis contêm uma advertência tácita do tipo "usualmente" ou "mantendo-se constantes todos os outros fatores". Uma lei histórica não é, assim, estritamente universal, visto que deveria ser considerada aplicável a todos os casos dentro do alcance de suas condições explicitamente formuladas ou formuláveis; pelo contrário, pode-se considerar que ela formula relações que prevalecem em geral, ou melhor, que prevalecem "como regra".
>
> Chamaremos tal "lei" de *quase-lei*. Para que a lei seja válida não é necessário que nenhuma exceção aparente ocorra. É necessário apenas que, se uma exceção aparente ocorrer, seja apresentada uma explicação adequada, que demonstre a característica excepcional do caso em questão e que estabeleça a violação de uma condição apropriada, até então não formulada, da aplicabilidade da lei.

Essas e outras características podem ser citadas pela força com que descrevem práticas de relato dos membros. Assim: (1) Sempre que um membro precisa demonstrar que determinado relato analisa uma situação real, ele invariavelmente faz uso de práticas de "*et cetera*", "a menos que" e "deixa pra lá" para demonstrar a racionalidade de sua realização. (2) O caráter preciso e sensato da questão que está sendo relatada é estabelecido por uma indicação que narrador e ouvinte fazem um ao outro de que cada um dará ao outro quaisquer entendimentos não declarados que se façam necessários. Muito, portanto, do que é realmente narrado não é mencionado. (3) Durante o tempo de sua produção, os relatos podem exigir que o "ouvinte" esteja disposto a aguardar por aquilo que será dito, para que a significância presente do que foi dito

torne-se clara. (4) Tal como conversas, reputações e carreiras, as particularidades dos relatos são construídas, passo a passo, a partir de seus usos reais e as referências a eles. (5) Para adquirir sentido, os materiais de um relato dependem fortemente de seu posicionamento serial, de sua relevância para os projetos de quem ouve ou do desenrolar das ocasiões organizacionais de seu uso.

Em resumo, o sentido (ou o fato) *reconhecível*, ou o caráter metódico, ou a impessoalidade, ou a objetividade dos relatos não são independentes das ocasiões socialmente organizadas de seus usos. Suas características racionais *consistem* no que os membros fazem com os relatos, no que "entendem" deles nas ocasiões reais socialmente organizadas de seus usos. Os relatos dos membros estão reflexiva e essencialmente vinculados, pelas suas características racionais, às ocasiões socialmente organizadas de seus usos, visto que são *características* das ocasiões socialmente organizadas de seus usos.

Esse vínculo estabelece o tópico central de nossos estudos: a relatabilidade racional das ações práticas enquanto realização prática contínua. Quero especificar o tópico revisando três de seus fenômenos problemáticos constituintes. Sempre que estudos de ação prática e raciocínio prático estão em questão, eles consistem no seguinte: (1) na distinção programática não satisfeita e na substituibilidade entre expressões objetivas (livres de contexto) e expressões indexicais; (2) na reflexividade essencial "desinteressante" de relatos de ações práticas; e (3) na analisabilidade de ações-em-contexto enquanto realização prática.

A distinção programática não satisfeita entre expressões objetivas e expressões indexicais e sua substituibilidade

As propriedades exibidas por relatos (por serem elas características das ocasiões socialmente organizadas de seus usos) estão disponíveis em estudos de lógica como propriedades de expressões e sentenças indexicais. Husserl[2] falava de expressões cujo sentido não pode ser decidido por quem ouve sem que, necessariamente, este saiba ou presuma algo sobre a biografia e os propósitos do usuário da expressão, sobre as circunstâncias da elocução, sobre a trajetória prévia da conversa ou a relação específica de interação real ou potencial que existe entre quem se expressa e quem ouve. Russel[3] observou que as descrições que as envolviam aplicavam-se, em cada ocasião de uso, a apenas uma coisa, porém a coisas diferentes em ocasiões diferentes. Tais expressões, escreveu Goodman[4], são usadas para fazer proposições inequívocas cujo valor de verdade, não obstante, parece mudar. Cada uma de suas elocuções, "expressões", constitui uma palavra e se refere a uma determinada pessoa, tempo ou lugar, nomeia algo não nomeado por alguma réplica da palavra. Sua denotação é relativa ao falante.

Seu uso depende da relação do usuário com o objeto do qual a palavra trata. O tempo, para uma expressão indexical temporal, é relevante para aquilo que nomeia. De forma semelhante, a região exata que uma expressão indexical espacial nomeia depende da localização de sua elocução. Expressões indexicais e proposições que as contêm não podem ser livremente repetidas; em um dado discurso, nem todas as réplicas são também traduções delas. A lista pode ser estendida indefinidamente.

Existe uma concordância virtualmente unânime entre estudantes do raciocínio sociológico prático, leigos e profissionais, sobre as propriedades de expressões e de ações indexicais. Existe também uma concordância impressionante (1) que, embora expressões indexicais "tenham enorme utilidade", elas são "incômodas para um discurso formal"; (2) que a distinção entre expressões objetivas e indexicais não é procedimentalmente apropriada, mas é inevitável para qualquer um que faça ciência; (3) que sem a distinção entre as expressões objetivas e indexicais, e sem o uso preferencial de expressões objetivas, os êxitos de investigações científicas rigorosas e generalizantes – lógica, matemática, algumas das ciências físicas – são ininteligíveis, as vitórias iriam fracassar, e as ciências inexatas teriam que abandonar suas esperanças; (4) que as ciências exatas são distinguíveis das ciências inexatas pelo fato de que, no caso das ciências exatas, a distinção entre expressões objetivas e indexicais, e a substituição de umas pelas outras para a formulação de problema, métodos, achados, demonstração adequada, evidência adequada e todo o resto é tanto uma tarefa real quanto uma realização real, enquanto que, no caso das ciências inexatas, a disponibilidade da distinção e da substituibilidade de tarefas, práticas e resultados reais permanecem imperceptivelmente programática; (5) que a distinção entre expressões objetivas e indexicais, na medida em que essa distinção é composta pelas tarefas do investigador, seus ideais, suas normas, recursos, realizações e todo o resto, descreve a diferença entre as ciências e as artes, por exemplo, entre a bioquímica e o documentarismo cinematográfico; (6) que termos e sentenças podem ser distinguidos reciprocamente de acordo com o procedimento de avaliação, que torna seus caracteres decidíveis como expressões indexicais ou objetivas; e (7) que, em qualquer caso específico, apenas dificuldades práticas impedem a substituição de uma expressão objetiva por uma expressão indexical.

As características das expressões indexicais motivam estudos metodológicos incessantes, direcionados a sua solução. De fato, as tentativas de livrar as práticas científicas desses incômodos conferem, a cada ciência, seu caráter distintivo de preocupação e produtividade em relação a questões metodológicas. Estudos empreendidos por pesquisadores profissionais das atividades práticas de uma ciência qualquer lhes proporcionam ocasiões incontáveis de lidar, de forma rigorosa, com expressões indexicais.

São incontáveis as áreas nas ciências sociais em que a prometida distinção e a prometida substituibilidade ocorrem. As prometidas distinção e substituibilidade são sustentadas por imensos recursos (e elas próprias os sustentam) direcionados a desenvolver métodos para análises robustas de ações práticas e de raciocínio prático. As aplicações e os benefícios prometidos são imensos.

Não obstante, *sempre que ações práticas são tópicos de estudo*, a prometida distinção e substituibilidade de expressões objetivas por indexicais permanece programática em todo caso *específico* e em toda ocasião *real*, na qual a distinção ou a substituibilidade devem ser demonstradas. Em todo caso real, sem exceção, serão mencionadas condições, cujo reconhecimento demandará um investigador competente, tal que, *naquele* caso específico, os termos da demonstração possam ser relaxados e, contudo, a demonstração ainda será considerada adequada.

Aprendemos com lógicos e linguistas, que concordam de forma virtualmente unânime sobre certas condições, quais são algumas dessas condições. Para textos "longos" ou "longos" cursos de ação, para eventos em que as ações dos membros são características dos eventos que suas ações estão realizando, ou sempre que expressões não são usadas ou não são apropriadas como substitutas de expressões indexicais, as demonstrações reivindicadas pelo programa são satisfeitas como questão de gerenciamento social prático.

Sob tais condições, expressões indexicais, por causa de sua prevalência e outras propriedades, apresentam imensos, obstinados e irremediáveis transtornos às tarefas de lidar, de forma rigorosa, com fenômenos de estrutura e de relevância em teorias de provas de consistência e de computabilidade, e às tentativas de recuperar a conduta real, quando esta é comparada à conduta suposta e à fala comum, com todas as suas particularidades estruturais. Valendo-se de suas experiências com o uso de pesquisas por amostragem e do desenho e aplicação de mensurações de ações práticas, de análises estatísticas, de modelos matemáticos e de simulações por computador de processos sociais, sociólogos profissionais conseguem documentar incessantemente os modos como a distinção e a substituibilidade programáticas são satisfeitas e dependentes das práticas profissionais de demonstração socialmente gerenciadas.

Em resumo, sempre que estudos de ações práticas estão envolvidos, a distinção e substituibilidade é sempre realizada *apenas* para todos os fins práticos. Por conseguinte, recomenda-se que o primeiro fenômeno problemático seja composto pela reflexividade das práticas e resultados das ciências nas e das atividades organizadas da vida cotidiana, sendo isso uma reflexividade essencial.

A reflexividade essencial "desinteressante" dos relatos

Para membros engajados em raciocínio sociológico prático – como veremos em estudos recentes, para o quadro de funcionários no Centro de Prevenção ao Suicídio de

Los Angeles, para equipes que usam prontuários clínicos psiquiátricos na Universidade da Califórnia em Los Angeles (Ucla), para alunos de pós-graduação codificadores de registros psiquiátricos, para jurados, para indivíduos intersexuados gerenciando mudança de sexo, para sociólogos pesquisadores profissionais – seus interesses direcionam-se para o que é decidível "para fins práticos", "à luz desta situação", "dada a natureza real das circunstâncias", e coisas semelhantes. Circunstâncias e ações práticas referem-se, para eles, a muitas questões sérias e organizacionalmente importantes: a recursos, objetivos, desculpas, oportunidades, tarefas e, é claro, a bases para discutir ou predizer a adequação dos procedimentos e dos achados que produzem. Uma questão, contudo, é excluída de seus interesses: ações e circunstâncias práticas não são, em si, *um* tópico, muito menos um tópico exclusivo de suas investigações; nem são suas investigações, voltadas a tarefas da teorização sociológica, realizadas para formular o que compõe essas tarefas enquanto ações práticas. Em nenhum caso a investigação das ações práticas é realizada de modo que a equipe possa ser capaz, antes de tudo, de reconhecer e descrever o que está sendo feito. Menos ainda são as ações práticas investigadas de modo a explicar aos praticantes sua própria fala sobre o que estão fazendo. Por exemplo, a equipe do Centro de Prevenção ao Suicídio de Los Angeles achou completamente incongruente considerar de forma séria que eles estivessem tão engajados em seu trabalho de certificar a *causa mortis* quanto uma pessoa que tenta cometer suicídio, e eles poderiam combinar seus esforços para garantir um reconhecimento inequívoco do "que realmente aconteceu".

Dizer que eles "não estão interessados" no estudo de ações práticas não é reclamar, nem apontar uma oportunidade que eles deixam escapar, nem é uma revelação de erro, nem um comentário irônico. Também não é o caso que, por "não estarem interessados", os membros estejam "excluídos" da teorização sociológica. Nem suas investigações impedem o uso da regra da dúvida, nem estão eles impedidos de tornar as atividades organizadas da vida cotidiana cientificamente problemáticas, nem seu comentário insinua que haja uma diferença entre interesses "básicos" e "aplicados" em pesquisa e em teorização.

O que significa, então, dizer que eles "não estão interessados" em estudar ações práticas e raciocínio sociológico prático? E qual a importância de uma tal declaração?

Existe uma característica dos relatos dos membros que, para eles, é de uma relevância tão singular e predominante que controla outras características em seu caráter específico, enquanto características reconhecíveis e racionais de suas investigações sociológicas práticas. Tal característica é a seguinte. A respeito do caráter problemático de ações práticas e da adequação prática de suas investigações, os membros tomam como dado que um membro deve, desde o início, "conhecer" as situações nas quais ele deve operar, caso suas práticas devam servir de medida para transformar as características específicas e localizadas dessas situações em um relato reconhecível. Eles tratam como a questão mais passageira o fato de que os relatos dos membros, de todos os tipos, em todos os seus modos lógicos, com todos os seus usos e para todo método de reuni-los, sejam características constituintes das situações que tornam observáveis. Os membros conhecem essa reflexividade, exigem-na, contam com ela e dela fazem uso para produzir, realizar, reconhecer ou demonstrar a adequação-racional-para-todos-os-fins-práticos de seus procedimentos e achados.

Não somente os membros – os jurados e os outros – tomam essa reflexividade como dada, mas reconhecem, demonstram e tornam observáveis, uns para os outros, o caráter racional de suas práticas reais (e isso significa: de suas práticas ocasionais), enquanto consideram tal reflexividade como uma condição inalterável e inevitável de suas investigações.

Quando proponho que os membros "não estão interessados" em estudar ações práticas, não quero dizer que eles terão nenhum, um pouco ou muito desse interesse. Que "não estão interessados" tem a ver com práticas razoáveis, com argumento plausível e com descobertas razoáveis. Tem a ver com tratar "relatável-para-todos-os-fins-práticos" como uma questão a ser descoberta, exclusivamente, unicamente e completamente. Para os membros, estar "interessado" consistiria no seu empreendimento de tornar observável o caráter "reflexivo" de atividades práticas; examinar as práticas engenhosas de investigação racional como fenômenos organizacionais sem pensar em corretivos ou ironia. Os membros do Centro de Prevenção ao Suicídio de Los Angeles agem como membros sempre que se engajam em investigações sociológicas práticas: mesmo que quisessem, eles não poderiam ter essa reflexividade.

A analisibilidade de ações-em-contexto como uma realização prática

De formas infinitamente variáveis, as investigações dos membros são características constituintes das situações que analisam. Da mesma forma, suas investigações tornam-se reconhecíveis para os membros como adequadas-para-todos-os-fins-práticos. Por exemplo, no Centro de Prevenção ao Suicídio de Los Angeles são realizações organizacionais práticas que as mortes tornem-se relatáveis-para-todos-os-fins-práticos. Organizacionalmente, os procedimentos do Centro de Prevenção ao Suicídio visam a realizar a relatabilidade racional de mortes por suicídio como características reconhecíveis das situações nas quais a relatabilidade ocorre.

Nas ocasiões reais de interação, tal realização é, para os membros, onipresente, não problemática e lugar-comum. Para os membros que fazem sociologia, transformar tal realização em um tópico de investigação sociológica prática parece inevitavelmente exigir que eles tratem as propriedades racionais das atividades práticas como "antropologicamente estranhas". Com isso, quero chamar a atenção para práticas "reflexivas", tais como as seguintes: em suas práticas de relato, o membro torna familiar atividades

comuns da vida cotidiana reconhecíveis como atividades familiares e comuns; em cada ocasião em que um relato de atividades comuns é usado, elas são reconhecidas como "uma outra primeira vez"; o membro trata os processos e resultados da "imaginação" como contínuos em relação a outras características observáveis das situações, nas quais elas ocorrem; proceder de tal forma que, ao mesmo tempo em que o membro, "no meio" das situações reais testemunhadas, reconhece que as situações testemunhadas têm um sentido realizado, uma facticidade realizada, uma objetividade realizada, uma familiaridade realizada, uma relatabilidade realizada, para o membro, os "comos" organizacionais dessas realizações são não problemáticos, são vagamente conhecidos e são conhecidos apenas no fazer, que é feito de forma habilidosa, confiável, uniforme, com uma enorme padronização e como uma questão não relatável.

Essa realização consiste em os membros fazerem, reconhecerem e usarem etnografias. Essa realização é, para os membros, um fenômeno normal, e não percebido. E da mesma forma não conhecida que a realização é comum, ela é, para nossos interesses, um fenômeno impressionante, pois, em suas formas não conhecidas, ela consiste em (1) usos pelos membros de atividades cotidianas concertadas como métodos com os quais pode-se reconhecer e demonstrar as propriedades isoláveis, típicas, uniformes, a repetição potencial, a aparência conexa, a consistência, equivalência, substituibilidade, direcionalidade, anonimamente descritível e engenhosa – em resumo, as propriedades racionais de expressões indexicais e ações indexicais. (2) O fenômeno consiste, também, na analisabilidade de ações-em-contexto, dado que não só não existe um conceito de contexto-em-geral, mas também todo uso de "contexto" é por si, sem exceção, essencialmente indexical.

As propriedades reconhecidamente racionais de suas investigações de senso comum – seu caráter reconhecidamente consistente, ou metódico, ou uniforme, ou engenhoso etc. – são, de alguma forma, resultado das atividades concertadas dos membros. Para a equipe do Centro de Prevenção ao Suicídio, para codificadores, para jurados, as propriedades racionais de suas investigações práticas consistem, de alguma forma, no trabalho concertado de tornar evidente (a partir de fragmentos, de provérbios, de observações passageiras, de rumores, de descrições parciais, de catálogos de experiência "codificados", porém essencialmente vagos e coisas semelhantes) como uma pessoa morreu na sociedade ou por quais critérios pacientes foram selecionados para tratamento psiquiátrico, ou quais dentre os veredictos alternativos estavam corretos. O que de alguma forma é o ponto crucial da questão.

O que é etnometodologia?

A marca registrada do raciocínio sociológico prático, onde quer que ocorra, é que ele busca solucionar as propriedades indexicais da fala e da conduta dos membros. Inúmeros estudos metodológicos são voltados para a tarefa de fornecer aos membros uma solução para expressões indexicais nas tentativas permanentes dos membros, com o uso rigoroso de idealizações para demonstrar a observabilidade das atividades organizadas nas ocasiões reais por meio de particularidades situadas de fala e conduta.

As propriedades de expressões e de ações indexicais são propriedades ordenadas. Estas consistem em um sentido organizacionalmente demonstrável, ou em facticidade, ou em uso metódico, ou em concordância entre "membros de uma mesma cultura". Suas propriedades ordenadas são compostas por propriedades racionais demonstráveis de expressões e ações indexicais. Essas propriedades ordenadas são realizações contínuas das atividades comuns concertadas dos investigadores. A racionalidade demonstrável das expressões e das ações indexicais mantém, ao longo da trajetória de sua produção gerenciada pelos membros, o caráter de circunstâncias práticas tornadas rotineiras, familiares e ordinárias. Enquanto processo e resultado, a racionalidade produzida de expressões indexicais consiste em tarefas práticas, sujeitas a todas as exigências da conduta organizacionalmente situada.

Eu uso o termo "etnometodologia" para me referir à investigação das propriedades racionais de expressões indexicais e outras ações práticas como realizações contínuas e contingentes de práticas engenhosas da vida cotidiana. Os capítulos deste volume tratam essa realização como o fenômeno de interesse. Eles buscam especificar suas características problemáticas, recomendar métodos para seu estudo, mas, acima de tudo, considerar o que nós podemos aprender de forma definitiva sobre elas. Meu propósito no restante deste capítulo é caracterizar a etnometodologia, o que faço apresentando três estudos do funcionamento dessa realização, seguidos de um conjunto conclusivo de políticas de estudo.

Raciocínio sociológico prático: fazendo relatos em "situações de escolha de senso comum"

O Centro de Prevenção ao Suicídio de Los Angeles (CPS) e o Gabinete de Médicos Examinadores e Legistas de Los Angeles juntaram forças em 1957 para conferir *status* científico às certidões de óbito dos legistas "dentro dos limites das certezas práticas impostas pelo estado da arte". Os casos selecionados de "morte súbita não natural", sobre os quais havia dúvida quanto a serem "suicídio" ou outras modalidades de morte, foram encaminhados pelo médico examinador-legista ao CPS, com o pedido de que fosse feita uma investigação, chamada "autópsia psicológica"[5].

As práticas e interesses da equipe do CPS, para realizar suas investigações em situações de escolha de senso comum, repetiam as características das investigações práticas encontradas em outras situações: em estudos de deliberações do júri com ca-

sos de negligência; na seleção de pacientes para tratamento psiquiátrico ambulatorial feita pelas equipes das clínicas; na codificação de conteúdos de prontuários clínicos em uma planilha de codificação seguindo instruções de codificação detalhadas, feita por alunos de pós-graduação em Sociologia; e em incontáveis procedimentos profissionais na condução de investigação antropológica, linguística, sociopsiquiátrica e sociológica. As seguintes características no trabalho do CPS foram reconhecidas e francamente admitidas, por uma equipe, como condições predominantes de seu trabalho e como questões a serem consideradas na avaliação da eficácia, eficiência ou inteligibilidade de seu trabalho – e somaram o testemunho do CPS ao de jurados, pesquisadores e todos os demais:

(1) Um interesse permanente de todas as partes pela concertação temporal das atividades; (2) um interesse pela questão prática *par excellence*: "O que fazer agora?"; (3) um interesse da parte do investigador em evidenciar sua compreensão de "O que qualquer um sabe" sobre como as situações, nas quais teve que realizar suas investigações, funcionam e seu interesse em fazê-lo nas ocasiões reais, nas quais as decisões seriam tomadas pela sua conduta exibível na escolha; (4) questões que, na fala, podem ser consideradas como "programas de produção", "leis de conduta", "regras de tomada de decisão racional", "causas", "condições", "teste de hipóteses", "modelos", "regras de inferência indutiva e dedutiva", na situação real foram tomadas como dadas e dependeram de serem formadas por receitas, provérbios, *slogans* e planos de ação parcialmente formulados; (5) exigia-se dos investigadores que tivessem conhecimento e habilidades para tratar da situação "do mesmo tipo", para as quais "regras de tomada de decisão racional" e todo o resto eram destinados de modo a "ver" (ou eram requisitados por aquilo que faziam para garantir) as características objetivas, efetivas, consistentes, completa e empiricamente adequadas, ou seja, as características racionais de receitas, profecias, provérbios, descrições parciais em uma ocasião real do uso das regras; (6) para aquele que toma as decisões práticas, a "ocasião real", enquanto um fenômeno em si, exercia prioridade esmagadora de relevância, à qual "regras de decisão" (ou teorias de tomada de decisão) estavam, sem exceção, subordinadas, de modo a avaliar suas características racionais, e não o contrário; (7) finalmente, e talvez de forma mais peculiar, todas as características precedentes (junto com um "sistema" de alternativas do investigador, seus métodos de "decisão", suas informações, suas escolhas e a racionalidade de seus relatos e ações) eram partes constituintes das mesmas circunstâncias práticas nas quais os investigadores faziam o trabalho de investigação – uma característica que os investigadores, se fossem reivindicar e reconhecer a praticidade de seus esforços, conheceriam, exigiriam, com a qual contariam, tomariam como dada, usariam e glosariam.

O trabalho de investigação realizado pelos membros do CPS era parte integrante de seu ofício diário. Reconhecidas pelos membros da equipe como características constituintes de seu trabalho diário, suas investigações eram, por isso, intimamente

conectadas às condições de trabalho, a diversas séries internas e externas de relatório, supervisão e revisão, e a "prioridades de relevâncias" similares, fornecidas organizacionalmente para avaliações do que era "realisticamente", "praticamente" ou "razoavelmente" necessário fazer ou do que poderia ser feito, o quão rapidamente, com quais recursos, vendo quem, falando sobre o quê, por quanto tempo, e assim por diante. Tais considerações forneciam a "Nós fizemos o que podíamos e, para todos os interesses razoáveis, aqui está o que encontramos" suas características de sentido, de fato organizacionalmente apropriado, de impessoalidade, de anonimato, de finalidade, de reprodutibilidade – ou seja, de um relato *apropriada* e *visivelmente* racional da investigação.

Era necessário que os membros, em suas competências ocupacionais, formulassem relatos do que ocorreu-realmente-para-todos-os-fins-práticos. "Realmente" fazia referência inevitável às tarefas ocupacionais diárias e ordinárias. Apenas os membros tinham o direito de invocar tais tarefas como fundamentos apropriados para tornar aceitável o caráter razoável do resultado sem necessidade de especificação. Em ocasiões de desafio, tarefas ocupacionais ordinárias eram citadas, explicitamente, na "parte relevante". Do contrário, tais características eram descartadas do produto. Em seu lugar, um relato de como a investigação foi feita preenchia o como-isso-foi-feito-realmente da forma apropriada para demandas, resultados e práticas usuais, e também a fala usual da equipe do CPS dizendo como profissionais *bona fide* sobre demandas, resultados e práticas usuais.

Um dentre diversos títulos (relacionados à *causa mortis*) tinha de ser atribuído a cada caso. A coleção consistia em combinações legalmente possíveis de quatro possibilidades elementares – morte natural, acidente, suicídio e homicídio[6]. Todos os títulos eram aplicados de forma a não apenas resistir às variedades de equívoco, ambiguidade e improviso que surgiam em toda ocasião real de seu uso, mas esses títulos eram aplicados de forma a levar àquela ambiguidade, ao equívoco e à improvisação. Fazia parte do trabalho não apenas que o equívoco é um problema – é talvez um problema –, mas também que os praticantes eram direcionados para aquelas circunstâncias de modo a levar à ambiguidade ou ao equívoco, ou à improvisação ou à temporalização e a todo o resto. Não que o investigador, tendo uma lista de títulos, realizasse uma investigação que prosseguia gradualmente para estabelecer os fundamentos para a escolha dentre eles. A fórmula não era "Aqui está o que fizemos e, dentre os títulos-meta de nossa pesquisa, este título interpreta, finalmente, e de uma forma melhor, o que descobrimos". Em vez disso, os títulos eram continuamente confirmados e prognosticados. A investigação era fortemente guiada pelo uso que o investigador fazia de situações imaginadas, nas quais o título seria "usado" por uma ou outra parte interessada, incluindo o falecido, e isso era feito pelos investigadores de modo a decidir, usando quaisquer "dados" que fossem descobertos, que aqueles "dados" podiam ser usados para disfarçar, caso fosse

necessário disfarçar, ou equivocar, ou explicar, ou guiar, ou exemplificar, se necessário fosse. A característica predominante de uma investigação era o fato de que nada sobre ela permanecia garantido, a não ser as ocasiões organizadas de seus usos. Assim, uma investigação de rotina era aquela em que o investigador usava contingências específicas para realizar, e dependia de contingências específicas para reconhecer e tornar aceitável a adequação prática de seu trabalho. Quando avaliada por um membro, ou seja, examinada a respeito de práticas reais para fazê-la acontecer, uma investigação de rotina não é aquela realizada pelas regras ou de acordo com elas. Parecia consistir muito mais em uma investigação abertamente reconhecida como insuficiente, mas da mesma forma que é insuficiente, sua adequação é reconhecida e, para ela, ninguém está particularmente oferecendo ou pedindo explicações.

O que os membros estão fazendo em suas investigações é sempre de interesse dos outros, no sentido de que tais pessoas em particular, localizadas organizacionalmente e localizáveis, adquirem interesse à luz do relato feito pelo membro do CPS sobre o que quer que seja relatado como tendo "realmente acontecido". Tais considerações contribuíram fortemente para a característica percebida das investigações, que foram direcionadas, no seu curso, por um relato, para o qual a reivindicação será antecipada de que, para todos os fins práticos, ele é correto. Assim, durante o curso de sua investigação, a tarefa do investigador consistia em fazer um relato sobre como uma pessoa específica morreu em sociedade, um relato que fosse contado adequadamente, suficientemente detalhado, claro etc., para todos os fins práticos.

"O que realmente aconteceu", durante o curso da investigação para se chegar até aí, bem como após esse "o que realmente aconteceu" ter sido inserido no arquivo e ser decidido o título, pode ser constantemente revisto, bem como constantemente prognosticado, à luz do que podia ter sido feito, ou do que poderá ser feito com essas decisões. Quase não é novidade que, no curso de uma decisão, o seu resultado era sempre revisto e prognosticado à luz das consequências antecipadas dessa decisão. Após uma indicação ter sido feita e o médico legista ter assinado o atestado de óbito, o resultado pode ser ainda, como eles dizem, "revisado". Pode ainda ser tomada uma decisão que precisa ser revisada "mais uma vez".

Os investigadores queriam muito ser capazes de garantir que poderiam aparecer, no final, com um relato de como a pessoa morreu, que permitisse ao médico legista e a sua equipe defenderem-se de acusações de que aquele relato era incompleto, ou de que aquela morte acontecera de forma diferente de, ou em contraste com ou em contradição com aquela que os membros envolvidos "alegaram". A referência não é nem exclusiva nem completamente relativa às reclamações dos sobreviventes. Tais questões são tratadas como uma sucessão de episódios, a maioria delas sendo estabelecida bem rapidamente. As grandes contingências consistiam em processos persistentes, que se assentavam no fato de o gabinete de médicos legistas ser uma repartição estatal. As atividades do gabinete de legistas produzem relatórios contínuos das atividades do gabinete. Esses relatórios são sujeitos a revisão como produtos de trabalho científico do médico legista, sua equipe e seu consultor. As atividades do gabinete são métodos para realizar relatórios que sejam científicos-para-todos-os-fins-práticos. Isso envolvia "escrever" como um procedimento de garantia para que um relatório, por ter sido escrito, fosse colocado em um arquivo. O fato de que um investigador "faz" um relatório é por isso transformado em uma questão para registro público para o uso de outras pessoas apenas parcialmente identificáveis. Seus interesses em porquê, ou como, ou o que fez o investigador teriam, em algum aspecto relevante, a ver com a sua habilidade e direito como profissional. Mas os investigadores sabem também que outros interesses vão informar a "revisão", pois o trabalho do investigador será escrutinado para ver a adequação-científica-para-todos-os-fins-práticos como reivindicações socialmente gerenciadas dos praticantes. Não apenas para os investigadores, mas para todas as partes, é relevante "o que foi realmente descoberto para-todos-os-fins-práticos?" que consiste inevitavelmente em o quanto você pode descobrir, o quanto você pode revelar, o quanto você pode explicar, o quanto você pode esconder, o quanto você pode sustentar como não sendo do interesse de algumas pessoas importantes, incluindo investigadores. Todos eles adquiriram um interesse por causa do fato de que investigadores, por conta de um dever ocupacional, estavam surgindo com relatórios escritos de como, para-todos-os-fins-práticos, pessoas-realmente-morreram-e-estão-realmente-mortas-na-sociedade.

As decisões têm uma consequencialidade inevitável. Com isso quer-se dizer que investigadores precisavam dizer em tantas palavras "o que realmente aconteceu?" As palavras importantes eram os títulos que eram atribuídos a um texto para recuperar esse texto como a "explicação" do título. Mas em que um título atribuído consiste como um título "explicado" não é, a qualquer tempo específico, para alguém dizer com qualquer finalidade, mesmo quando é proposto "em tantas palavras". De fato, que ele seja proposto "em tantas palavras", que, por exemplo, um texto escrito fosse inserido "no arquivo do caso", fornece fundamentos de direito que podem ser invocados de modo a aproveitar as "tantas palavras" que terão sido usadas como relato da morte. Vistos em relação a padrões de uso, os títulos e os textos que os acompanham possuem um conjunto aberto de consequências. Em qualquer ocasião de uso dos textos, pode restar para ser visto o que pode ser feito com eles, ou o que eles irão alcançar, ou o que permanece feito "por enquanto", ficando pendentes as maneiras pelas quais o ambiente daquela decisão pode organizar-se para "reabrir o caso", ou "registrar uma queixa" ou "encontrar um problema", e assim por diante. Tais maneiras são, para a equipe do CPS, como padrões, indubitáveis; mas, enquanto processos específicos para fazê-las acontecer, são, em toda ocasião real, imprecisas.

As investigações do CPS começam com uma morte que o médico legista acha duvidosa quanto à *causa mortis*. Essa morte eles usam como um precedente, através do qual várias formas de viver em sociedade que poderiam terminar com essa morte são descobertas e lidas "no que restou"; nos fragmentos disto ou daquilo, como o corpo e seus pertences, vidros de remédio, bilhetes, pedaços e peças de roupa, e outros *memorabilia* – coisas que podem ser fotografadas, coletadas e embaladas. Outros "restos" também são coletados: rumores, observações passageiras e histórias – materiais dos "repertórios" de quem quer que possa ser consultado via trabalho comum de conversas. Esses pedaços e peças quaisquer que uma história ou uma regra ou um provérbio podem tornar inteligível são usados para formular um relato reconhecivelmente coerente, padrão, típico, necessário, uniforme, engenhoso, ou seja, um relato profissionalmente defensável e por isso, para os membros, um relato reconhecivelmente racional de como a sociedade trabalhou para produzir aqueles restos. Esse ponto de vista ficará mais defensável se o leitor consultar qualquer manual padrão de patologia forense. Nele será encontrada a inevitável foto de uma vítima com a garganta cortada. Fosse o legista usar tal "visão" para indicar a equivocidade da *causa mortis*, ele diria algo como: "Nos casos em que o corpo parece com aquele da fotografia, você está diante de uma morte por suicídio porque a ferida mostra os 'cortes hesitantes' que acompanham a ferida maior. Pode-se imaginar que esses cortes sejam os restos de um procedimento pelo qual a vítima fez primeiro diversas tentativas preliminares de um tipo hesitante e, então, desferiu o golpe mortal. Outros cursos de ação são imagináveis também, e, assim, cortes que parecem cortes hesitantes podem ser produzidos por outros mecanismos. É preciso começar pela imagem real e imaginar como diferentes cursos de ação poderiam ter sido organizados de tal forma que aquela fotografia seria com ela compatível. Pode-se pensar na imagem fotografada como uma fase-da-ação. Em qualquer imagem real há um curso de ação com o qual essa fase é exclusivamente compatível? Essa é a pergunta do médico legista".

O legista (e a equipe do CPS) pergunta isso com respeito a cada caso específico, e, por isso, seu trabalho de chegar a uma decidibilidade prática quase inevitavelmente exibir a seguinte característica predominante e importante. A equipe do CPS deve realizar essa decidibilidade com respeito aos "estes": devem começar com este tanto; esta visão; esta nota; esta coleta do que quer que esteja ao alcance da mão. E o que quer que esteja lá é bom o bastante, no sentido de que o que quer que esteja lá não apenas servirá como serve. Faz-se com que o que quer que esteja lá sirva. Não quero dizer com "fazer servir" que um investigador do CPS contente-se facilmente, ou que ele não busque mais quando deve. Em vez disso, quero dizer: o que quer que seja com o qual ele tem que lidar, isso é o que terá sido usado para se ter descoberto, para se ter tornado decidível, a maneira como a sociedade operou para ter produzido aquela fotografia, para ter alcançado aquela cena como seu resultado final. Dessa forma, os

restos na lâmina servem não apenas como um precedente, mas como uma meta para as investigações do CPS. O que quer que os membros do CPS tenham que encarar deve servir como o precedente com o qual ler os restos, de modo a ver como a sociedade podia ter operado para ter produzido o que é que o investigador tem "no final", "na análise final" e "em qualquer caso". O que a investigação pode alcançar é o que a morte alcançou.

Raciocínio sociológico prático: seguindo instruções de codificação

Muitos anos atrás, meus colegas e eu empreendemos a análise do experimento da Clínica Ambulatorial da Ucla, de modo a responder à questão "Por quais critérios são seus candidatos selecionados para tratamento?" Para formular e responder a essa questão, utilizamos uma versão de um método de análise de grupo utilizado por Kramer e associados[7] para descrever características de ingresso e fluxo de pacientes em hospícios. (Os capítulos 6 e 7 narram outros aspectos dessa pesquisa.)

Sucessivas atividades de "primeiro contato", "entrevista de admissão", "teste psicológico", "reunião de admissão", "internação" e "alta" foram concebidas com o uso do diagrama de árvore da Figura 1. Qualquer caminho entre o primeiro contato e o término era chamado de "trajetória".

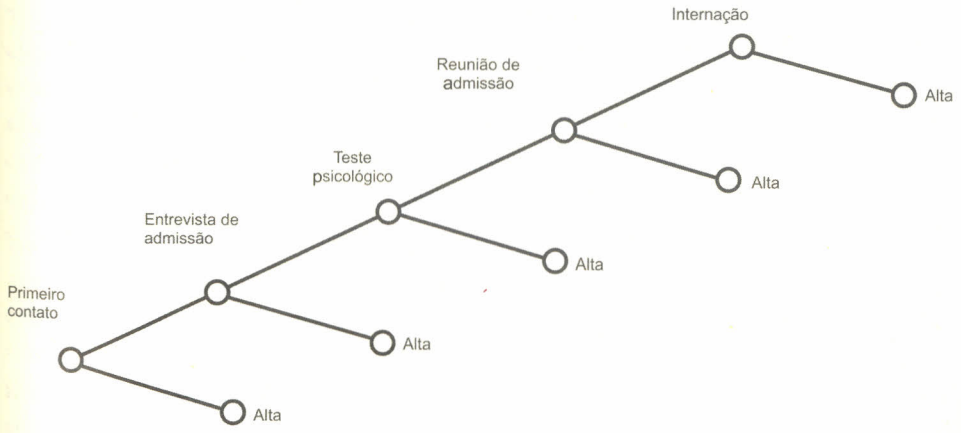

FIGURA 1. Trajetórias de pacientes numa clínica psiquiátrica

Desejávamos saber quais características dos pacientes, da equipe clínica, de suas interações e da árvore estavam associadas com cada carreira. Os registros clínicos foram nossas fontes de informação, dentre os quais os mais importantes eram os formulários de inscrição para admissão e os conteúdos dos prontuários de caso. De modo a

obter um registro contínuo de casos de transações paciente-clínica, desde o momento do contato inicial de um paciente até sua alta, um "Formulário de carreira clínica" foi criado e inserido nas pastas de caso. Uma vez que os prontuários clínicos contêm relatórios fornecidos pela equipe clínica de suas próprias atividades, praticamente todas essas fontes de dados resultaram de procedimentos de autorrelatório.

Dois alunos de pós-graduação de Sociologia da Ucla examinaram as informações de 1.582 prontuários clínicos para preencher os itens da planilha de codificação. Um procedimento convencional de confiabilidade foi criado e conduzido com o objetivo de determinar a quantidade de concordância entre codificadores e entre tentativas sucessivas de sua codificação. De acordo com o raciocínio convencional, a quantidade de concordância fornece um conjunto de fundamentos para conferir crédito aos eventos codificados de eventos clínicos reais. Uma característica crítica de avaliações de confiabilidade é que a concordância entre codificadores consiste na concordância sobre os resultados finais.

Ninguém se surpreendeu quando o trabalho preliminar mostrou que, de modo a realizar a codificação, os codificadores estavam presumindo um conhecimento das mesmas formas organizadas da clínica, das quais os procedimentos de codificação deveriam produzir descrições. Mais interessante ainda, tal conhecimento pressuposto parecia necessário e foi consultado de forma muito deliberada sempre que, por quaisquer razões, os codificadores precisassem ser convencidos de que haviam codificado "o que realmente aconteceu". Isso se dava independente de haverem ou não encontrado conteúdos "ambíguos" nos prontuários. Tal procedimento punha abaixo qualquer reivindicação de que métodos atuariais de interrogar os conteúdos dos prontuários haviam sido usados, não importando o quão aparentemente claras fossem as instruções de codificação. A concordância sobre os resultados da codificação estava sendo produzida por um procedimento contrastante com características desconhecidas.

Para descobrir mais sobre o procedimento que nossos alunos usaram, o procedimento de confiabilidade foi tratado como uma atividade problemática em si mesma. A "confiabilidade" dos resultados codificados foi testada perguntando-se como os codificadores trouxeram realmente os conteúdos dos prontuários sob a jurisdição dos itens da planilha de codificação. Por meio de quais práticas foi atribuído aos conteúdos reais dos prontuários o *status* de respostas às perguntas dos pesquisadores? Quais atividades reais compunham as práticas dos codificadores chamadas de "seguindo as instruções de codificação"?

Foi criado um procedimento que produzia informações de confiabilidade convencionais, de forma que os interesses originais do estudo fossem preservados. Ao mesmo tempo, o procedimento permitia o estudo de como qualquer quantidade de concordância ou discordância havia sido produzida pelas maneiras reais como os dois codificadores estavam tratando os conteúdos dos prontuários como respostas às

questões formuladas pela planilha de codificação. Porém, em vez de presumir que os codificadores, não importa como procedessem, pudessem estar errados em maior ou menor quantidade, a suposição era a de que o que quer que os codificadores fizessem poderia ser considerado como procedimento correto em algum "jogo" de codificação. A pergunta era: O que eram esses "jogos"? O que quer que os codificadores fizessem era suficiente para produzir o que encontravam. Como procediam para encontrar o que encontravam?

Logo descobrimos a relevância essencial para os codificadores, em seu trabalho de interrogar os conteúdos dos prontuários em busca das respostas às suas questões, de considerações como "*et cetera*", "a menos que", "deixa pra lá" e "*factum valet*" (ou seja, uma ação, que do contrário é proibida por uma regra, é considerada correta após realizada). Por conveniência, deixe-me chamar a essas considerações de "*ad hoc*" e a sua prática de "*ad hocação*". Os codificadores usaram as mesmas considerações *ad hoc* de modo a reconhecer a relevância das instruções de codificação para as atividades organizadas da clínica. Apenas quando essa relevância era clara, os codificadores ficavam convencidos de que as instruções de codificação analisadas realmente encontravam os conteúdos dos prontuários, de modo a permitir que os codificadores tratassem os conteúdos dos prontuários como relatórios de "eventos reais". Por fim, as considerações *ad hoc* foram características invariantes das práticas de "seguir as instruções de codificação". Tentativas de suprimi-las e de, ao mesmo tempo, reter um sentido inequívoco para as instruções produziam confusão por parte deles.

Várias facetas do "novo" estudo de confiabilidade foram desenvolvidas, a princípio de modo a verificar se esses resultados poderiam ser estabelecidos solidamente e, após estar claro, para minha satisfação, que eles o poderiam, para explorar as consequências para o caráter sociológico geral dos métodos de interrogação dos codificadores (assim como de métodos contrastantes) e também para o trabalho envolvido em reconhecer ou reivindicar que algo fora feito por regra – que uma ação havia seguido ou sido "governada" pelas instruções.

Considerações *ad hoc* são considerações invariavelmente relevantes para decidir o ajuste entre o que podia ser lido nos prontuários clínicos e o que o codificador inseria na planilha de codificação. Não importando o quão definitiva e elaboradamente as instruções haviam sido escritas, e a despeito do fato de que regras de codificação atuariais estritas[8] poderiam ser formuladas para cada item, e com as quais os conteúdos dos prontuários podiam ser mapeados para a planilha de codificação, contanto que fosse levada adiante a reivindicação de que as entradas dessa planilha relatavam eventos reais das atividades dos clínicos, então, em cada caso, e para cada item, "*et cetera*", "a menos que", "deixa pra lá" e "*factum valet*" acompanhavam a compreensão do codificador sobre as instruções de codificação enquanto formas de se analisar os conteúdos reais dos prontuários. Seus usos tornavam possível, também, que o codificador lesse

os conteúdos de uma pasta como um relatório sobre os eventos que a planilha de codificação fornecia e formulava como eventos do diagrama de processamento.

Normalmente, pesquisadores tratam tais procedimentos *ad hoc* como modos imperfeitos de escrever, reconhecer e seguir as instruções de codificação. A visão predominante sustenta que um bom trabalho requer que pesquisadores, ao estender o número e a clareza de suas regras de codificação, minimizem ou mesmo eliminem as ocasiões em que "*et cetera*" e outras práticas de *ad hocação* seriam usados.

Tratar as instruções como se as características *ad hoc* em seu uso fossem uma amolação, ou tratar sua presença como fundamento para reclamar sobre a incompletude das instruções, é muito parecido com reclamar que, se as paredes de um prédio fossem simplesmente retiradas do caminho, seria possível ver melhor o que estava sustentando o telhado. Nossos estudos mostraram que considerações *ad hoc* são características essenciais de procedimentos de codificação. A *ad hocação* é necessária se o pesquisador quiser captar a relevância das instruções para a situação específica e real que pretende analisar. Para cada ocasião específica e real de busca, detecção e atribuição de conteúdos dos prontuários a uma categoria "própria" – o que quer dizer, na trajetória da real codificação – tais considerações *ad hoc* têm prioridade irremediável sobre os tão falados critérios "necessários e suficientes". Não é o caso de os critérios "necessários e suficientes" serem procedimentalmente definidos pelas instruções de codificação. Nem é o caso de práticas *ad hoc*, tais como "*et cetera*", ou "deixa pra lá", serem controladas ou eliminadas em sua presença, uso, número ou ocasiões de uso, tornando instruções de codificação tão precisas quanto possível. Em vez disso, considerações *ad hoc* são consultadas pelos codificadores e práticas de *ad hocação* são utilizadas de modo a reconhecer aquilo sobre o que as instruções estão definitivamente falando. Considerações *ad hoc* são consultadas pelos codificadores, de modo a reconhecer instruções de codificação como "definições operacionais" de categorias de codificação. Elas operam como fundamentos e como métodos para apresentar e assegurar que as reivindicações dos pesquisadores foram codificadas de acordo com critérios "necessários e suficientes".

A *ad hocação* ocorre (sem, acredito eu, qualquer possibilidade de solução) sempre que o codificador assume a posição de membro socialmente competente do arranjo cujo relato ele busca montar, e quando, a partir dessa "posição", ele trata os conteúdos reais dos prontuários como postos em uma relação de significação de confiança para com o "sistema" nas atividades clínicas. É por assumir a "posição" de membro competente em relação aos arranjos cujo relato ele busca realizar que o codificador pode "ver o sistema" no conteúdo real do prontuário. Isso ele faz de um jeito algo parecido com o de alguém precisar conhecer as formas metódicas do uso do inglês, de modo a reconhecer uma elocução como uma palavra-em-inglês ou saber as regras de um jogo para entender um movimento-em-um-jogo, dado que maneiras alternativas de

entender uma elocução ou um jogo de tabuleiro são sempre imagináveis. Por isso, o codificador reconhece o conteúdo do prontuário por "aquilo que ele realmente é" ou pode "ver sobre o que uma nota na pasta 'está verdadeiramente falando'".

Isso posto, se o codificador deve ser convencido de que ele detectou uma verdadeira ocorrência clínica, ele deve tratar os conteúdos reais dos prontuários como representantes permanentes da ordem-social-nas-e-das-atividades-clínicas. Os conteúdos reais dos prontuários se apresentam, para as maneiras ordenadas das atividades clínicas, como *representações* deles; eles não descrevem a ordem, nem são evidências da ordem. É o uso que o codificador faz dos documentos do prontuário como *funções-de-sinais* para o que quero chamar a atenção ao dizer que o codificador deve conhecer a ordem das atividades dos clínicos para as quais ele está olhando, de modo a reconhecer o conteúdo real como uma aparência-de-ordem. Uma vez que o codificador pode "ver o sistema" no conteúdo, é possível para o codificador estender e, fora isso, interpretar as instruções de codificação – para *ad hocá-las* – de forma a manter a relevância das instruções de codificação para os conteúdos reais e, dessa maneira, formular o sentido do conteúdo real de forma que seu significado, mesmo que transformado pela codificação, seja preservado aos olhos do codificador como um evento verdadeiro das atividades reais da clínica.

Há diversas consequências importantes:

(1) De forma característica, os resultados codificados seriam tratados como se fossem descrições desinteressadas de eventos clínicos, e as regras de codificação, presumidamente, sustentam a reivindicação de descrição desinteressada. Mas se o funcionamento da *ad hocação* é necessário para tornar tais reivindicações inteligíveis, pode-se sempre argumentar – e até agora não vi uma resposta defensável – que os resultados codificados consistem em uma versão persuasiva do caráter socialmente organizado das operações da clínica, independente de qual seja a ordem real, e mesmo sem que o investigador tenha detectado a ordem real. Em vez de nosso estudo das carreiras clínicas dos pacientes (assim como de grande quantidade de estudos dos vários arranjos sociais que têm sido realizados de forma igualmente convencional) ter descrito a ordem das operações da clínica, pode-se argumentar que o relato consiste em uma maneira socialmente inventada, persuasiva e própria de falar sobre a clínica como um empreendimento ordenado, já que "afinal de contas" o relato foi produzido por "procedimentos científicos". O relato seria ele próprio parte da ordem real das operações da clínica, de maneira muito semelhante à de alguém que trata o relato de uma pessoa sobre suas próprias atividades como uma característica de suas atividades. *A ordem real ficaria por ser descrita.*

(2) Outra consequência aparece quando perguntamos o que deve ser feito do cuidado que, não obstante, é tão assiduamente exercido no desenho e no uso de instruções de codificação para interrogar os conteúdos reais e transformá-los em linguagem da

planilha de codificação? Se o relato resultante é ele próprio uma característica das atividades dos clínicos, então talvez não se deva ler as instruções de codificação como uma maneira de obter uma descrição científica das atividades dos clínicos, já que esta presume que a linguagem de codificação, naquilo *sobre* o que está falando, é independente dos interesses dos membros que estão sendo servidos ao usá-la. As instruções de codificação devem ser lidas, em vez disso, como consistindo em uma gramática de retórica; elas fornecem uma maneira à la "ciência social" de falar, de forma a induzir consenso e ação dentro das circunstâncias práticas das atividades diárias organizadas da clínica, cuja compreensão espera-se que os membros tenham por costume. Ao se referir a um relato da clínica que foi obtido seguindo-se as instruções de codificação, é possível para membros com interesses diferentes persuadirem uns aos outros e reconciliar suas falas sobre os acontecimentos da clínica de maneira impessoal, enquanto as questões *sobre* as quais se está verdadeiramente falando retêm seu sentido, para os "debatedores", como um estado de acontecimentos legítimo ou ilegítimo, desejável ou indesejável, vantajoso ou desvantajoso para os "participantes da discussão" em suas vidas ocupacionais. Ele fornece uma maneira impessoal de caracterizar seus acontecimentos, sem que os membros renunciem a importantes interesses organizacionalmente determinados sobre aquilo que o relato, aos seus olhos, é "afinal de contas". Aquilo do que trata é a ordem clínica cujas características verdadeiras, como qualquer membro sabe que todo o mundo sabe, nunca são da conta de mais-ninguém-naquela-organização.

Raciocínio sociológico prático: entendimento comum

Os sociólogos distinguem entre os significados do "produto" e do "processo" de um entendimento comum. Enquanto "produto", compreende-se que um entendimento comum consista em uma concordância compartilhada sobre questões substantivas; enquanto "processo", ele consiste em vários métodos pelos quais algo que uma pessoa diz ou faz é reconhecido como estando de acordo com uma regra. Com seus conceitos de *Begreifen* e *Verstehen*, cada qual com seu caráter distinto enquanto método e conhecimento, Weber deu aos sociólogos a autoridade para essa distinção.

Uma análise das experiências de estudantes ao relatar conversas comuns sugere que, para qualquer dos casos, para "produto" ou "processo", um entendimento comum consiste em uma trajetória intratemporal de trabalho interpretativo. Suas experiências sugerem algumas consequências estranhas dos fatos de que, *em qualquer dos casos*, um entendimento comum tem necessariamente uma estrutura operacional.

No capítulo 2 é apresentada uma pesquisa, na qual estudantes deveriam relatar conversas comuns, escrevendo, no lado esquerdo de uma folha de papel, o que as partes realmente disseram e, no lado direito, o que eles e seus colegas entenderam que eles estavam falando. A seguinte conversa é relatada aqui.

MARIDO	Dana conseguiu pôr uma moeda no parquímetro hoje sem precisar ser levantado.	*Esta tarde, ao trazer Dana, nosso filho de 4 anos, da creche para casa, ele conseguiu alcançar alto o suficiente para pôr uma moedinha dentro de um parquímetro, quando estacionamos numa zona de parquímetros, enquanto que antes ele sempre tinha que ser levantado para conseguir alcançar aquela altura.*
ESPOSA	Você levou ele à loja de discos?	*Já que ele pôs um centavo no parquímetro, isso quer dizer que você parou enquanto ele estava com você. Eu sei que você parou na loja de discos no caminho de ida para a creche ou no caminho de volta. Foi no caminho de volta, de forma que ele estava com você, ou você parou lá a caminho da creche e em outro lugar no caminho de volta?*
MARIDO	Não. Ao sapateiro.	*Não. Parei na loja de discos a caminho da creche e parei no sapateiro a caminho de casa, quando ele estava comigo.*
ESPOSA	Para quê?	*Conheço uma razão pela qual você poderia ter parado no sapateiro. Qual foi o motivo, de fato?*
MARIDO	Comprei cadarços novos para os meus sapatos.	*Como você deve lembrar, eu arrebentei um dos cadarços dos meus sapatos marrons no outro dia, então eu parei lá para comprar cadarços novos.*
ESPOSA	Seus mocassins precisam de saltos novos urgentemente.	*Pensei em outra coisa que você poderia ter feito lá. Poderia ter levado seus mocassins pretos que precisam urgentemente de novos saltos. É melhor cuidar logo disso.*

Os estudantes preencheram o lado esquerdo da folha, rápida e facilmente, mas acharam o lado direito incomparavelmente mais difícil. Quando a tarefa foi passada, muitos perguntaram o quanto eu queria que eles escrevessem. À medida que eu progressivamente impunha precisão, clareza e distinção, a tarefa ia se tornando cada vez mais laboriosa. Finalmente, quando pedi que eles presumissem que eu saberia do que eles realmente estavam falando apenas lendo literalmente o que escreveram, eles desistiram de reclamar que a tarefa era impossível.

Embora suas reclamações tivessem a ver com a laboriosidade de se ter que escrever "mais", o frustrante "mais" não era composto do grande trabalho de ter que reduzir uma montanha com baldes. Eles não reclamavam que aquilo sobre o que se falava consistia em conteúdos amarrados, tornados tão vastos pelo pedantismo, que lhes faltaria tempo, força, papel, garra, bom-senso suficientes para escrever "tudo sobre o assunto". Ao invés disso, a reclamação e suas circunstâncias pareciam consistir no seguinte: *se*, para o que quer que um estudante escrevesse, eu fosse capaz

de persuadi-lo de que aquilo não estava ainda preciso, distinto ou claro o bastante, e *se* ele continuasse querendo consertar a ambiguidade, então ele voltaria à tarefa com a reclamação de que a escrita em si desenvolvia a conversa como uma textura ramificada de questões relevantes. A própria *maneira* de realizar a tarefa multiplicava suas características.

Que tarefa tinha eu passado para eles que requeria que eles escrevessem "mais", tal que a imposição progressiva de precisão, clareza e literalidade tornava-a cada vez mais difícil e finalmente impossível, e tal que a maneira de realizar a tarefa multiplicava suas características? Se um entendimento comum consistisse em concordância compartilhada sobre questões substantivas, a tarefa deles teria sido idêntica à de sociólogos profissionais. A tarefa teria sido resolvida, como a solução que sociólogos profissionais estão aptos a propor, como se segue:

Os estudantes iriam primeiro distinguir entre *o que* foi dito e sobre *o que* se estava falando, e ajustar os dois conteúdos numa correspondência entre signo e referente. *O que as partes disseram* seria tratado como uma versão esboçada, parcial, incompleta, mascarada, elíptica, escondida, ambígua ou enganosa *do que as partes falavam*. A tarefa consistiria em preencher o esboço do que foi dito. Aquilo que foi falado consistiria em conteúdos elaborados e correspondentes daquilo que as partes disseram. Assim, o formato das colunas da esquerda e da direita estaria de acordo com o "fato" de que os conteúdos do que foi dito eram registráveis, ao se escrever o que o gravador captasse. A coluna da direita exigiria que algo "mais" fosse "adicionado". Por ser o esboço do que foi dito o seu defeito, seria necessário para os estudantes que olhassem para algum outro lugar diferente do que foi dito de modo a: (a) encontrar os conteúdos correspondentes e (b) encontrar os fundamentos para discutir – porque eles precisariam discutir – a correção da correspondência. Por estarem relatando a conversa real de pessoas específicas, eles buscariam esses outros conteúdos naquilo que os interlocutores tinham "em mente", ou naquilo que eles estavam "pensando", ou naquilo em que "acreditavam", ou o que eles "tencionavam". Além disso, eles precisariam ter certeza (alguém precisaria dar-lhes a certeza) de que haviam detectado o que os interlocutores realmente, e não suposta, hipotética, imaginada ou possivelmente tinham em mente. Quer dizer, eles precisariam citar ações observadas – maneiras observadas por meio das quais – de modo a fornecer fundamentos para a reivindicação de "realmente". Essa segurança seria obtida buscando-se estabelecer a presença, no relacionamento dos interlocutores, de virtudes garantidoras tais como eles terem falado honesta, aberta, cândida e sinceramente, e outras coisas semelhantes. Tudo isso para dizer que os estudantes invocariam seus conhecimentos da comunidade de entendimentos e seus conhecimentos das concordâncias compartilhadas para indicar a adequação de seus relatos do que as partes estavam falando, ou seja, o que as partes entendiam em comum. Então, para qualquer coisa que os estudantes escrevessem, eles poderiam presumir que eu, enquanto comembro competente da

mesma comunidade (as conversas eram afinal de contas comuns), deveria ser capaz de enxergar a correspondência e seus fundamentos. Se eu não enxergasse a correspondência ou se eu compreendesse os conteúdos de forma diferente da deles, então, contanto que eles pudessem continuar a presumir minha competência – ou seja, contanto que minhas interpretações alternativas não destruíssem meu direito de reivindicar que tais alternativas precisavam ser levadas a sério por eles e por mim –, os estudantes poderiam compreender que eu estava insistindo para que me fornecessem detalhamento mais refinado do que as considerações práticas pediam. Nesse caso, eles teriam me acusado de pedantismo cego e deveriam ter reclamado que, porque "qualquer um pode enxergar" quando, para todos os fins práticos, bastante é o bastante, ninguém é tão cego quanto aqueles que não querem enxergar.

Essa versão da tarefa deles explica a razão de suas reclamações de ter que escrever "mais". Isso também explica a razão da crescente laboriosidade, quando clareza e coisas semelhantes foram progressivamente impostas. Mas isso não explica muito bem a razão da impossibilidade final, pois explica uma faceta da "impossibilidade" da tarefa como a relutância dos estudantes em ir adiante, mas não explica o sentido concomitante, qual seja, o de que os estudantes viam de alguma forma que sua tarefa era, em princípio, irrealizável. Finalmente, essa versão da tarefa deles não explica de forma alguma a reclamação que faziam de que a maneira de realizar a tarefa multiplicava suas características.

Uma concepção alternativa da tarefa pode nos servir melhor. Embora a princípio possa parecer estranho fazê-lo, suponha que descartemos a suposição de que, de modo a descrever um uso como uma característica de uma comunidade de entendimentos, devamos logo de início saber em que os entendimentos comuns substantivos consistem. Junto com isso, descarte a Teoria dos Signos que acompanha a suposição, de acordo com a qual um "signo" e um "referente" são, respectivamente, propriedades de algo dito e algo falado, e que, dessa forma, propõe que signo e referente estão relacionados como conteúdos correspondentes. Ao descartar tal Teoria dos Signos, nós descartamos também, por consequência, a possibilidade de que uma concordância compartilhada sobre questões substantivas explique seu uso.

Se essas noções forem descartadas, então aquilo sobre o que as partes falaram não poderia ser distinguido de *como* as partes estavam falando. Uma explicação sobre o que as partes estavam falando consistiria completamente, então, em descrever como as partes estavam falando; em fornecer um método para dizer o que quer que deva ser dito, como falar usando sinônimos, falar ironicamente, falar metaforicamente, falar de forma crítica, falar narrativamente, falar de uma maneira questionadora ou como resposta, mentir, explicar, jogar com as palavras, e todo o resto.

Em vez de, e em contraste com, um interesse pela diferença entre *o que* foi dito e *sobre o que* foi falado, a diferença apropriada é entre o reconhecimento de uma

comunidade linguística de que uma pessoa está dizendo algo, ou seja, de que estava *falando*, de um lado, e de *como* estava, de outro lado. Então, o sentido reconhecido do que uma pessoa disse consiste apenas e completamente em reconhecer o método de sua fala, em *ver como ela falou*.

Sugiro que não se leia a coluna da direita como conteúdos correspondentes da coluna da esquerda, e que a tarefa dos alunos de explicar o que os interlocutores falaram não os envolva na elaboração dos conteúdos do que os interlocutores disseram. Sugiro, em vez disso, que suas explicações escritas consistiam em suas tentativas de me instruir sobre como usar aquilo que as partes disseram como um método para enxergar o que os interlocutores disseram. Sugiro que eu tenha pedido aos estudantes para me fornecer instruções para reconhecer o que as partes estavam real e certamente dizendo. Ao persuadi-los de "interpretações alternativas", ao insistir que havia ainda ambiguidade, eu os persuadira de que eles tinham demonstrado a mim apenas o que as partes estavam supostamente – ou provavelmente, ou imaginavelmente, ou hipoteticamente – dizendo. *Eles entenderam que isso queria dizer que suas instruções estavam incompletas; que suas demonstrações falharam na medida em que suas instruções estavam incompletas; e que a diferença entre reivindicações de "realmente" ou "supostamente" dependiam da completude de suas instruções.*

Vemos agora qual foi a tarefa que exigiu que eles escrevessem "mais", que achassem que ela era cada vez mais difícil e, finalmente, impossível, e que se tornou elaborada em suas características pelos mesmos procedimentos empregados para fazê-la. Eu lhes havia passado a tarefa de formular essas instruções de modo a torná-las "cada vez mais" precisas, claras, distintas e, finalmente, literais, onde os significados de "cada vez mais" e de clareza, precisão, distinção e literalidade foram supostamente explicados em termos das propriedades das instruções em si e apenas das instruções. Eu havia solicitado deles que aceitassem a tarefa impossível de "reparar" a incompletude essencial de qualquer conjunto de instruções, não importando o quão cuidadosa ou elaboradamente elas pudessem ter sido escritas. Eu havia solicitado deles que formulassem um método que as partes tinham usado ao falar como regras de procedimento a seguir, de modo a dizer aquilo que as partes disseram, regras que resistiriam a todas as exigências de situação, imaginação e desenvolvimento. Eu havia pedido que descrevessem os métodos de falar empregados pelas partes como se esses métodos fossem isomórficos, com ações em estrita conformidade com a regra de procedimento que formulou o método como questão passível de instrução. Reconhecer o que é dito significa reconhecer como a pessoa está falando, ou seja, reconhecer que a esposa, ao dizer "seus sapatos estão precisando urgentemente de saltos", estava falando narrativa, ou metafórica, ou eufemisticamente, ou em sentido duplo.

Eles se defrontaram com o fato de que a questão de como uma pessoa está falando, a tarefa de descrever os métodos de fala de uma pessoa não é satisfeito por, e não

é o mesmo que, mostrar que o que ela fala está de acordo com a regra de demonstrar a consistência, compatibilidade e coerência de significados.

Para a conduta de seus afazeres cotidianos, as pessoas tomam como dado que o que é dito será compreendido de acordo com métodos que as partes usam para compreender o que elas estão dizendo em razão do seu caráter claro, consistente, coerente, compreensível ou engenhoso, ou seja, como sujeito a alguma jurisdição de regras – em uma palavra, como racional. Ver o "sentido" do que é dito é estar de acordo com o caráter "de regra" do que foi dito. "Acordo compartilhado" refere-se aos vários métodos sociais para lograr o reconhecimento do membro de que algo foi dito-de-acordo-com-uma-regra, e não conforme um acordo demonstrável sobre questões substantivas. A imagem apropriada de um entendimento comum é, assim, uma operação, mais do que a interseção comum de conjuntos que se sobrepõem.

Uma pessoa fazendo sociologia, seja sociologia leiga ou profissional, pode tratar um entendimento comum como dado concordância compartilhada sobre questões substantivas ao tomar como dado que, aquilo que é dito será compreendido de acordo com métodos que não precisam ser especificados, o que quer dizer que precisam apenas ser especificados em ocasiões "especiais".

Dado o caráter de descoberta daquilo que o marido e a esposa estavam falando, seu caráter reconhecível para ambos acarretava o uso pelos dois e a atribuição de um para o outro de trabalho pelo qual o que era dito é ou terá sido entendido como tendo estado de acordo com sua relação na interação como uma regra invocável de sua concordância, como um esquema gramatical utilizado intersubjetivamente para analisar a fala um do outro, cujo uso estabelecia que eles iam entender um ao outro, de forma que eles seriam entendidos. Tal regra estabelece que nenhum dos dois tinha o direito de evocar o outro para especificar como isso era feito; nem que um dos dois podia reivindicar que o outro necessitava de se explicar.

Em resumo, um entendimento comum, acarretando tal como faz uma trajetória temporal "interna" de trabalho interpretativo, necessariamente possui uma estrutura operacional. Para o analista, desconsiderar essa estrutura operacional é usar conhecimento de senso comum da sociedade exatamente da mesma forma como membros o utilizam quando precisam decidir o que as pessoas estão verdadeiramente fazendo ou sobre o que elas estão realmente "falando", ou seja, usar conhecimento de senso comum das estruturas sociais tanto como um tópico quanto como um recurso de investigação. Uma alternativa seria atribuir prioridade exclusiva ao estudo dos métodos de ações combinadas e dos métodos de entendimento comum. Não um método de entendimento, mas incontáveis métodos de entendimento são fenômenos próprios do sociólogo profissional e, até o momento, não estudados e críticos. Sua grande quantidade é indicada na lista interminável de maneiras pelas quais as pessoas falam. Alguma indicação de seu caráter e de suas diferenças aparece nos entendimentos

socialmente disponíveis de uma grande quantidade de funções do signo, tais como quando marcamos, rotulamos, simbolizamos, emblematizamos, fazemos criptogramas, analogias, indicações, miniaturizações, imitações, zombarias, simulações – em resumo, quando reconhecemos, utilizamos e produzimos as maneiras metódicas das situações culturais a partir de "dentro" dessas situações[9].

Políticas

Que ações práticas são problemáticas de maneiras até agora não vistas; como elas são problemáticas; como torná-las acessíveis a estudo; o que podemos aprender com elas – estas são as tarefas propostas. Eu uso o termo "etnometodologia" para me referir ao estudo de ações práticas de acordo com políticas tais como as seguintes, e aos fenômenos, questões, achados e métodos que acompanham seus usos.

(1) Um domínio infinitamente amplo de situações apropriadas pode ser estabelecido se for utilizada uma política de pesquisa, que, *não importa qual ocasião*, seja examinada pela característica de que "escolha", dentre alternativas de sentido, de facticidade, de objetividade, de causa, de explicação, de comunalismo *de ações práticas* é um projeto das ações dos membros. Tal política estabelece que investigações de todo tipo que se possa imaginar, da adivinhação à física teórica, reivindicam nosso interesse enquanto práticas engenhosas socialmente organizadas. Que as estruturas sociais das atividades cotidianas forneçam contextos, objetos, recursos, justificações, tópicos problemáticos etc. às práticas e produtos das investigações estabelece a elegibilidade de nosso interesse por toda maneira de fazer investigações, sem exceção.

Nenhuma investigação pode ser excluída, não importa onde ou quando ocorra, não importa o quão vasto ou trivial seja seu alcance, organização, custo, duração, consequências, quaisquer que sejam seus sucessos, sua reputação, sua filosofia ou seus filósofos. Os procedimentos e resultados de feitiçaria, adivinhação, matemática, sociologia – sejam feitos por leigos ou profissionais – são tratados de acordo com a política de que toda característica de sentido, de fato, de método, para todo caso específico de investigação, sem exceção, é a realização gerenciada de situações organizadas de ações práticas, e de que determinações específicas nas práticas dos membros de consistência, engenhosidade, relevância ou reprodutibilidade de suas práticas e resultados – da feitiçaria à topologia – são adquiridas e asseguradas apenas por meio de organizações específicas e localizadas de práticas engenhosas.

(2) Os membros de um arranjo organizado estão continuamente engajados em ter que decidir, reconhecer, induzir ou tornar evidente o caráter racional, isto é, coerente, ou consistente, ou escolhido, ou engenhoso, ou efetivo, ou ordenado, ou instruído de atividades de suas investigações, tais como contar, criar gráficos, interrogar,

colher amostras, registrar, relatar, planejar, tomar decisão e todo o resto. Não é satisfatório descrever como procedimentos investigativos reais, enquanto características dos afazeres ordinários e organizados dos membros, são realizados pelos membros como ações reconhecidamente racionais *em ocasiões reais* de circunstâncias organizacionais dizendo que os membros invocam alguma regra para com ela definir o caráter coerente ou consistente ou engenhoso, ou seja, racional de suas atividades reais. Nem é satisfatório propor que as propriedades racionais das investigações dos membros são produzidas pela conformidade desses membros com as regras de investigação. Em vez disso, "demonstração adequada", "relatório adequado", "evidência suficiente", "fala simples", "dar muita importância ao registro", "inferência necessária", "quadro de alternativas restritas", em resumo, todo tópico de "lógica" e "metodologia", incluindo também estes dois títulos, são explicações para fenômenos organizacionais. Esses fenômenos são realizações contingentes de organizações de práticas comuns e, enquanto realizações contingentes, estão disponíveis de várias maneiras para os membros como normas, tarefas, problemas. Apenas dessa forma, mais do que como categorias invariantes ou princípios gerais, eles definem "a investigação e o discurso adequados".

(3) Assim, uma política condutora *é* recusar considerações sérias à proposta predominante de que eficiência, eficácia, efetividade, inteligibilidade, consistência, engenhosidade, tipicalidade, uniformidade, reprodutibilidade de atividades – ou seja, as propriedades racionais de atividades práticas – sejam avaliadas, reconhecidas, categorizadas, descritas pela utilização de uma regra ou de um padrão obtido fora de situações reais dentro das quais tais propriedades são reconhecidas, utilizadas, produzidas e comentadas por membros das situações. Todos os procedimentos pelos quais propriedades lógicas e metodológicas das práticas e resultados de investigações são avaliados em suas características gerais são, por regra, de interesse enquanto *fenômenos* para o estudo etnometodológico, mas não o contrário. Atividades práticas organizadas estruturalmente discrepantes da vida cotidiana devem ser encontradas e examinadas em busca da produção, origens, reconhecimento e representações das práticas racionais. Todas as propriedades "lógicas" e "metodológicas" da ação, toda característica de sentido, facticidade, objetividade, relatabilidade, comunalismo de uma atividade devem ser tratadas como realização contingente de práticas comuns socialmente organizadas.

(4) É recomendada a política de que qualquer situação social seja vista como auto-organizadora com respeito ao caráter inteligível de seus próprios aparecimentos, tanto como representações ou como evidências-de-uma-ordem-social. Qualquer situação organiza suas atividades para tornar suas propriedades, enquanto ambiente organizado de atividades práticas, detectável, contável, registrável, narrável, historiável, analisável – em resumo, *relatável.*

Arranjos sociais organizados são compostos por vários métodos para realizar a relatabilidade das formas organizacionais de uma situação como um empreendimen-

to concertado. Toda reivindicação feita por praticantes de efetividade, clareza, consistência, engenhosidade ou eficiência, e toda consideração por evidência, demonstração, descrição ou relevância adequadas obtêm seu caráter como um *fenômeno* da busca corporativa desse empreendimento e das maneiras pelas quais vários ambientes organizacionais, por causa de suas características enquanto organizações de atividades, "sustentam", "facilitam", "resistem" etc. a esses métodos para tornar seus afazeres questões-relatáveis-para-todos-os-fins-práticos.

Exatamente da mesma forma como uma situação é organizada, ela *consiste* nos métodos dos membros para tornarem evidentes as formas dessa situação como conexões claras, coerentes, engenhosas, consistentes, escolhidas, conhecíveis, uniformes, conexões reproduzíveis – ou seja, conexões racionais. Exatamente da mesma forma como pessoas são membros de acontecimentos organizados, elas estão engajadas em trabalho sério e prático de detectar, demonstrar, persuadir por meio de imagens nas ocasiões ordinárias de suas interações os aparecimentos de arranjos consistentes, coerentes, claros, escolhidos, engenhosos. Exatamente da mesma maneira como uma situação é organizada, ela *consiste em* métodos pelos quais seus membros são abastecidos com relatos da situação como eventos contáveis, historiáveis, proverbiais, comparáveis, imagináveis, representáveis – ou seja, relatáveis.

(5) Todo tipo de investigação, sem exceção, consiste em práticas engenhosas organizadas pelas quais as propriedades racionais de provérbios, conselhos parcialmente formulados, descrições parciais, expressões elípticas, observações passageiras, fábulas, contos morais e coisas semelhantes são tornados evidentes, são demonstrados. As propriedades racionais demonstráveis de expressões e de ações indexicais são uma realização contínua das atividades organizadas da vida cotidiana. Aqui está o cerne da questão. A produção gerenciada desse fenômeno em todos os aspectos, a partir de todas as perspectivas e em todos os estágios, retém o caráter, para os membros, de tarefas práticas sérias, sujeitas a todas as exigências da conduta organizacionalmente situada. Cada um dos capítulos, neste volume, de uma maneira ou de outra, recomenda aquele fenômeno para a análise sociológica profissional.

Notas

1. HELMER, O. & RESCHER, N. *On the Epistemology of the Inexact Sciences* [P-1513]. Santa Monica, Cal.: Rand Corporation, 13/10/1958), p. 8-14.

2. Apud FARBER, M. *The Foundation of Phenomenology*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1943, p. 237-238.

3. RUSSELL, B. *Inquiry into Meaning and Truth*. Nova York: W.W. Norton, 1940, p. 134-143.

4. GOODMAN, N. *The Structure of Appearance*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1951, p. 287-298.

5. As referências a seguir contêm relatórios sobre o procedimento de "autópsia psicológica" desenvolvido no Centro de Prevenção ao Suicídio de Los Angeles: CURPHEY, T.J. "The Forensic Pathologist and the Multi-Disciplinary Approach to Death". In: SHNEIDMAN, E.S. (ed.). *Essays in Self-Destruction*. International Science Press, 1967. • CURPHEY, T.J. "The Role of the Social Scientist in the Medico-Legal Certification of Death from Suicide". In: FARBEROW, N.L. & SHNEIDMAN, E.S. (ed.). *The Cry for Help*. Nova York: McGraw-Hill. • SHNEIDMAN, E.S. & FARBEROW, N.L. "Sample Investigations of Equivocal Suicidal Deaths". In: *The Cry for Help*. • LITMAN, R.E.; CURPHEY, T.J.; SHNEIDMAN, E.S.; FARBEROW, N.L. & TABACHNICK, N.D. "Investigations of Equivocal Suicides". *Journal of the American Medical Association*, 184, 1963, p. 924-929. • SHNEIDMAN, E.S. "Orientations Toward Death: A Vital Aspect of the Study of Lives". In: WHITE, R.W. (ed.). *The Study of Lives*. Nova York: Atherton, 1963 [reimpr. em *International Journal of Psychiatry*, 2, 1966, p. 167-200].

6. As combinações possíveis incluem as seguintes: morte natural; acidente; suicídio; homicídio; possível acidente; possível suicídio; possível morte natural; (entre) acidente ou suicídio, não determinado; (entre) morte natural ou suicídio, não determinado; (entre) morte natural ou acidente, não determinado; e (entre) morte natural ou acidente ou suicídio, não determinado.

7. KRAMER, M.; GOLDSTEIN, H.; ISRAEL, R.M. & JOHNSON, N.A. "Applications of Life Table Methodology to the Study of Mental Hospital Populations". *Psychiatric Research Reports of the American Psychiatric Association*, jun./1956, p. 49-76.

8. O modelo de David Harrah de um jogo de combinar-informações foi usado para definir o significado de "método atuarial estrito de interrogatório. Cf. HARRAH, D. "A Logic of Questions and Answers". Philosophy of Science, 28, n. 1, jan./ 1961, p. 40-46.

9. Esta nota foi provocada pela observação de Monroe Beardsley em "The Metaphorical Twist" ("A virada metafórica"), 1962, dando a entender que não decidimos que uma palavra é usada metaforicamente porque sabemos o que uma pessoa está pensando; antes, sabemos o que ela está pensando porque vemos que uma palavra é usada metaforicamente. Tomando a poesia como base, Beardsley aponta que "as pistas desse fato devem de alguma forma estar no próprio poema, ou raramente seríamos capazes de ler poesia".

2 Estudos dos fundamentos rotineiros das atividades cotidianas

O problema

Para Kant, a ordem moral "interior" era um impressionante mistério; para os sociólogos, a ordem moral "exterior" é um mistério técnico. Do ponto de vista da teoria sociológica, a ordem moral consiste nas atividades cotidianas regidas por regras. Os membros de uma sociedade encontram e conhecem a ordem moral como cursos de ação percebidos como normais – cenas familiares de afazeres cotidianos, o mundo da vida cotidiana, conhecido junto com os outros e com eles tomado como dado.

Eles se referem a este mundo como "os fatos naturais da vida", os quais, para os membros, são, do princípio ao fim, os fatos morais da vida. Para os membros, não só é assim para as cenas familiares, mas é assim porque é moralmente certo ou errado que eles sejam assim. As cenas familiares das atividades cotidianas, tratadas pelos membros como "fatos naturais da vida", são uma massa de fatos da existência diária dos membros, tanto como um mundo real quanto como um produto de atividades em um mundo real. Elas fornecem o "remendo", o "é isso" através dos quais se retorna ao estado de vigília, e elas são o ponto de partida e de retorno para cada modificação do mundo da vida cotidiana, que é realizado no jogo, no sonho, no transe, no teatro, na teorização científica ou em grandes cerimônias.

Em cada disciplina, humanística ou científica, o mundo familiar do senso comum da vida cotidiana é uma questão de interesse contínuo. Nas ciências sociais e na sociologia, especialmente, é um objeto de preocupação essencial. Esse mundo constitui o objeto problemático da sociologia, ele entra na própria constituição da atitude sociológica e exerce uma estranha e obstinada soberania sobre as reivindicações dos sociólogos de explicá-lo adequadamente.

Apesar da centralidade desse tópico, a imensa literatura contém poucos dados e poucos métodos através dos quais as características essenciais das "cenas familiares" socialmente reconhecidas podem ser detectadas e relacionadas a dimensões da organização social. Embora os sociólogos tomem cenas estruturadas da vida cotidiana como ponto de partida, eles raramente veem[1], como tarefa de investigação sociológica em si, a questão geral de como é possível um tal mundo de senso comum. Ao invés disso, a possibilidade do mundo cotidiano ou é estabelecida por representação teórica, ou meramente assumida. Como tópico e base metodológica para investigações sociológicas, a definição do mundo de senso comum da vida cotidiana tem sido negligenciada, apesar de ser um projeto apropriado para a investigação sociológica. Meus propósitos, neste capítulo, são demonstrar a relevância essencial, para as investigações sociológicas, do interesse pelas atividades de senso comum como tópico de estudo em si, e, ao relatar uma série de estudos, conclamar sua "redescoberta".

Tornando visíveis as cenas comuns

Para relatarem as características estáveis das atividades cotidianas, é comum os sociólogos selecionarem cenários familiares, tais como casas de família ou locais de trabalho, e indicarem as variáveis que contribuem para suas características estáveis. Assim como de costume, um conjunto de considerações não é examinado: as características contextuais socialmente padronizadas e padronizantes, "vistas, mas não notadas", esperadas das cenas cotidianas. O membro da sociedade usa as expectativas contextuais como esquema de interpretação. Ao usá-las, as aparências reais são reconhecidas e entendidas por eles como sendo aparências-de-eventos-familiares. É possível demonstrar que o membro responde a esse contexto, mas, ao mesmo tempo, não consegue dizer especificamente em que consistem essas expectativas. Quando o perguntamos sobre elas, ele tem pouco ou nada a dizer.

Para que essas expectativas contextuais se tornem visíveis, é necessário, ou estranhar o caráter de "vida normal" das cenas cotidianas, ou tornar-se estranho a essas cenas. Como Alfred Schutz mostrou, é necessário que haja um "motivo especial" para fazê-las se tornarem problemáticas. No caso dos sociólogos, esse "motivo especial" consiste na tarefa programática de se tratar como questão de interesse teórico as circunstâncias práticas de um membro da sociedade, o que inclui o caráter moralmente necessário, do ponto de vista do membro, de muitas das características contextuais dessas circunstâncias. Os contextos vistos, mas não notados das atividades cotidianas, são tornados visíveis e descritos a partir de uma perspectiva em que as pessoas vivem as vidas que vivem, têm os filhos que têm, sentem os seus sentimentos, pensam os seus pensamentos, iniciam as relações que iniciam, tudo de modo a permitir que o sociólogo solucione seus problemas teóricos.

Praticamente sozinho entre os teóricos da sociologia, o último Alfred Schutz, em uma série de estudos clássicos[2] da fenomenologia constitutiva do mundo da vida

cotidiana, descreveu muitas dessas expectativas contextuais vistas, mas não notadas. Ele as chamou de a "atitude da vida cotidiana". Ele se referia aos seus atributos cênicos, como o "mundo percebido em comum e tomado como dado". O trabalho fundamental de Schutz nos possibilita avançar mais nas tarefas de esclarecer sua natureza e seu modo de operação, de relacioná-las aos processos envolvidos nas ações concertadas e de atribuir-lhes o lugar em uma sociedade empiricamente imaginável.

Os estudos relatados neste capítulo tentam detectar algumas expectativas que dão às cenas comuns seu caráter familiar, de vida-como-de-costume, e também tentam relacioná-las às estruturas sociais estáveis das atividades cotidianas. Quanto aos procedimentos, prefiro começar com cenas familiares e perguntar o que pode ser feito para lhes causar perturbação. As operações que uma pessoa teria de executar para multiplicar as características sem sentido dos ambientes percebidos; para produzir e manter um estado de perplexidade, consternação e confusão; para produzir os afetos socialmente estruturados de ansiedade, vergonha, culpa e indignação; e para produzir uma interação desorganizada devem nos dizer algo sobre como as estruturas das atividades cotidianas são normal e rotineiramente produzidas e mantidas[3].

Deixo aqui um alerta. Apesar de sua ênfase em procedimentos, meus estudos não são, propriamente falando, experimentais. São demonstrações, criadas, nas palavras de Herbert Spiegelberg, como "apoio para a imaginação preguiçosa". Tenho constatado que eles produzem reflexos através dos quais a estranheza de um mundo obstinadamente familiar pode ser detectada.

Algumas características essenciais dos entendimentos comuns

Várias considerações indicam ser impossível que os entendimentos comuns sejam uma quantidade definida de concordância compartilhada entre pessoas sobre certos tópicos. Mesmo se os tópicos forem limitados em número e extensão e for perdoada cada dificuldade prática de avaliação, a noção de que estamos lidando com uma certa quantidade de concordância compartilhada permanece essencialmente incorreta. Isso pode ser demonstrado da seguinte forma.

Pediu-se que alunos relatassem conversas comuns, escrevendo do lado esquerdo de uma folha aquilo que as partes realmente falaram, e do lado direito aquilo que eles e os seus interlocutores entenderam sobre o que eles estavam dizendo. Um aluno relatou a seguinte conversa entre ele e a esposa.

MARIDO	Dana conseguiu pôr uma moeda no parquímetro hoje sem precisar ser levantado.	*Esta tarde, ao trazer Dana, nosso filho de 4 anos, da creche para casa, ele conseguiu alcançar alto o suficiente para pôr uma moedinha dentro de um parquímetro, quando estacionamos numa zona de parquímetros, enquanto que antes ele sempre tinha que ser levantado para conseguir alcançar aquela altura.*
ESPOSA	Você levou ele à loja de discos?	*Já que ele pôs um centavo no parquímetro, isso quer dizer que você parou enquanto ele estava com você. Eu sei que você parou na loja de discos no caminho de ida para a creche ou no caminho de volta. Foi no caminho de volta, de forma que ele estava com você, ou você parou lá a caminho da creche e em outro lugar no caminho de volta?*
MARIDO	Não. Ao sapateiro.	*Não. Parei na loja de discos a caminho da creche e parei no sapateiro a caminho de casa, quando ele estava comigo.*
ESPOSA	Para quê?	*Conheço uma razão pela qual você poderia ter parado no sapateiro. Qual foi o motivo, de fato?*
MARIDO	Comprei cadarços novos para os meus sapatos.	*Como você deve lembrar, eu arrebentei um dos cadarços dos meus sapatos marrons no outro dia, então eu parei lá para comprar cadarços novos.*
ESPOSA	Seus mocassins precisam de saltos novos urgentemente.	*Pensei em outra coisa que você poderia ter feito lá. Poderia ter levado seus mocassins pretos que precisam urgentemente de novos saltos. É melhor cuidar logo disso.*

Um exame do diálogo revela o seguinte: (a) houve muitas questões, sobre as quais os interlocutores entenderam o que estavam falando, mas que não chegaram a mencionar; (b) muitas questões entendidas pelos interlocutores foram entendidas com base não só naquilo que foi realmente dito, mas também naquilo que se deixou de dizer; (c) muitas questões foram entendidas por meio de um processo de se tratar a série temporal de elocuções como evidências documentais de uma conversa em desenvolvimento, ao invés de uma sequência de termos; (d) questões que ambos entenderam em comum só foram entendidas dentro de e através de um fluxo de tentativas de entendimento, que consistia em tratar um evento linguístico real como o "documento de", como "apontando para", como representando um padrão subjacente de questões que cada um dos interlocutores já havia suposto serem as questões sobre as quais a outra pessoa, pelo que havia dito, poderia estar falando. O padrão subjacente não só foi derivado de um fluxo de evidências documentárias individuais, mas as evidências documentárias, por sua vez, foram interpretadas com

base "naquilo que era conhecido" e antecipadamente conhecível sobre os padrões subjacentes[4]. Um foi usado para elaborar o outro; (e) ao tratar as elocuções como eventos-na-conversa, cada parte fez referências à biografia e perspectivas da interação atual, os quais cada um usou e atribuiu ao outro como um esquema em comum de interpretação e expressão; (f) cada um esperava que algo a mais fosse dito, para que pudessem escutar o que havia sido conversado anteriormente, e cada um parecia disposto a esperar.

Os entendimentos comuns consistiriam em uma quantidade definida de concordância compartilhada, se os entendimentos comuns consistissem em eventos coordenados com as posições sucessivas dos ponteiros do relógio, ou seja, em eventos no tempo padrão. Os resultados anteriores, por lidarem com as falas no diálogo como eventos-na-conversa, requerem que mais de um parâmetro de tempo, no mínimo, seja necessário: o papel do tempo como sendo constitutivo da "questão sobre a qual se fala", como um evento em desenvolvimento e desenvolvido ao longo do curso da ação que o produziu, como se ambos, o processo e o produto, fossem conhecidos pelas partes *a partir do interior* deste desenvolvimento, por ambas as partes, cada uma por si, assim como uma em nome da outra.

O diálogo revela características adicionais. (1) Muitas de suas expressões são tais que seu sentido não pode ser decidido por um ouvinte, a não ser que ele saiba, ou presuma, algo sobre a biografia e os propósitos do falante, as circunstâncias da elocução, o curso anterior da conversa, ou a relação específica da interação real ou potencial que existe entre o usuário e o ouvinte. As expressões não têm um sentido que permanece idêntico ao longo das ocasiões mutáveis de seu uso. (2) Os eventos sobre os quais conversaram eram especificamente vagos. Eles não só deixam de enquadrar claramente um conjunto restrito de determinações possíveis, mas os eventos descritos incluem, como características essencialmente pretendidas e sancionadas, uma "franja" de determinações, que estão abertas no tocante a relações internas, relações com outros eventos e relações com possibilidades retrospectivas e prospectivas. (3) Para que uma expressão fosse razoável, cada um dos interlocutores, como ouvinte, tanto de suas próprias produções quanto das do outro, no momento em que elas ocorriam, tinham que assumir, para qualquer ponto atual alcançado da conversa, que, ao esperar por aquilo que ele ou a outra pessoa poderiam dizer depois, o significado presente daquilo que já havia sido dito seria esclarecido. Assim, muitas falas tinham a propriedade de serem realizadas e realizáveis progressivamente ao longo do curso posterior da conversa. (4) Dificilmente é necessário apontar que o sentido das expressões dependia do lugar onde a expressão ocorreu em ordem serial, do caráter expressivo dos termos que a compunham e da importância para os interlocutores dos eventos descritos.

Essas propriedades dos entendimentos comuns contrastam-se com as características que teriam, se desconsiderássemos seu caráter temporalmente constituído e, ao

invés disso, as tratássemos como entradas pré-codificadas em um disco de memória, a serem consultadas como um conjunto definido de significados alternativos dentre os quais se escolheria, sob condições decididas anteriormente, que especificassem como, dentre um conjunto de formas alternativas, deveria se entender a situação na ocasião em que ocorresse a necessidade de se tomar uma decisão. Essas últimas propriedades pertencem estritamente ao discurso racional, uma vez que são idealizadas nas regras que definem uma prova lógica adequada.

Para *conduzirem suas atividades cotidianas*, as pessoas se recusam a permitir umas as outras que entendam "aquilo do que realmente estão falando" dessa forma. A antecipação de que as pessoas *irão* entender, a ocasionalidade das falas, a especial vagueza das referências, o sentido retrospectivo-prospectivo de uma ocorrência presente, a espera de algo posterior para se entender o que foi dito antes, são propriedades sancionadas do discurso comum. Elas fornecem um contexto de características vistas, mas não notadas do discurso comum, através do qual falas reais são reconhecidas como eventos de uma conversa comum, razoável, compreensível e simples. As pessoas necessitam dessas propriedades do discurso como condições, sob as quais a elas mesmas é concedido o direito e concedem aos outros o direito de afirmarem que conhecem aquilo sobre o que estão conversando e que aquilo que eles estão dizendo é compreensível e deve ser compreendido. Em resumo, a presença vista, mas não notada das propriedades é usada para dar às pessoas o direito de conduzirem suas conversas sem interferência. Afastamentos desse uso provocam tentativas imediatas de se restaurar o estado correto das coisas.

O caráter sancionado dessas propriedades é demonstrado da seguinte forma. Os alunos foram instruídos a iniciar uma conversa normal com um conhecido ou um amigo e, sem indicar que aquilo que o experimentador estava perguntando era de alguma forma incomum, insistir que a pessoa esclarecesse o sentido das observações de lugar-comum. Vinte e três alunos relataram vinte e cinco exemplos de conversas desse tipo. A seguir temos excertos típicos de seus relatos.

Caso 1

O sujeito estava contando ao experimentador, um membro do grupo de caronas do sujeito, sobre um pneu que havia furado a caminho do trabalho no dia anterior.

(S) Tive um pneu furado.

(E) Como assim, teve um pneu furado?

Ela pareceu ficar momentaneamente atordoada. Então, respondeu com hostilidade: "Como assim 'como assim'? Um pneu furado é um pneu furado. É exatamente isso o que eu quis dizer. Nada demais. Que pergunta maluca!"

Caso 2

(S) Olá, Ray. Como está sua namorada?

(E) Como assim, "como ela está"? Você quer dizer física ou mentalmente?

(S) Quero dizer 'como ela está se sentindo'? O que há com você? (Ele pareceu irritado.)

(E) Nada. Só explique melhor o que você quer dizer?

(S) Esquece. Como está indo seu processo de admissão para a faculdade de medicina?

(E) Como assim, "como está indo"?

(S) Você sabe o que quero dizer.

(E) Realmente não sei.

(S) O que há com você? Está doente?

Caso 3

"Na sexta à noite meu marido e eu estávamos assistindo televisão. Meu marido observou que estava cansado. Perguntei, 'Cansado como? Fisicamente, mentalmente ou está apenas entediado?"

(S) Não sei. Acho que é mais fisicamente.

(E) Você quer dizer que seus músculos ou seus ossos estão doendo?

(S) Acho que sim. Não seja tão técnica.

(Depois de assistir TV por mais algum tempo)

(S) Todos esses filmes antigos têm o mesmo tipo de cama feita de ferro.

(E) Como assim? Você quer dizer todos os filmes antigos, alguns deles, ou apenas os que você já viu?

(S) O que há com você? Você sabe o que quero dizer.

(E) Gostaria que você fosse mais específico.

(S) Você sabe o que quero dizer! Vá para o inferno!

Caso 4

Durante uma conversa (com a noiva do experimentador E), E questionou o significado de várias palavras usadas pelo sujeito...

> Durante o primeiro minuto e meio, o sujeito respondeu às perguntas como se fossem legítimas. Depois respondeu com "Por que está fazendo essas perguntas?" e repetia isso duas ou três vezes após cada pergunta. Ficou nervosa e agitada, sem conseguir... controlar os movimentos do rosto e das mãos. Ela pareceu desnorteada e reclamou que eu a estava fazendo ficar nervosa e exigiu que eu "parasse"... O sujeito pegou uma revista e cobriu o rosto dela. Ela abaixou a revista e fingiu estar absorta. Quando perguntei por que ela estava olhando a revista, ela se calou e se negou a dizer qualquer coisa a mais.

Caso 5

Meu amigo me disse: "Apresse-se ou vamos chegar tarde". Perguntei a ele o que ele quis dizer com tarde e de que ponto de vista ele estava se referindo à palavra. Havia um olhar de perplexidade e cinismo no rosto dele. "Por que está fazendo perguntas tão tolas? Certamente não vou ter que explicar uma frase dessas. O que há de errado com você hoje? Por que eu deveria ter que parar e analisar uma frase dessas? Todo mundo entende o que eu digo e você não deveria ser nenhuma exceção!"

Caso 6

A vítima acenou alegremente.

(S) Como vai?

(E) Como vou em relação a quê? A minha saúde, as minhas finanças, aos meus trabalhos de escola, ao meu equilíbrio mental, ao meu...?

(S) (Com o rosto vermelho e subitamente descontrolado) Olhe aqui! Só estava tentando ser educado. Francamente, não ligo a mínima para como você vai.

Caso 7

Meu amigo e eu estávamos conversando sobre um homem, cuja atitude dominadora nos irritava. Meu amigo expressou o que estava sentindo.

(S) Estou de saco cheio dele.

(E) Você poderia me explicar o que deu em você para estar de saco cheio?

(S) Você está brincando? Você sabe o que quero dizer.

(E) Por favor, explique seu mal-estar.

(S) (Ele me ouvia com um olhar intrigado) O que deu em você? Nós nunca nos falamos assim, falamos?

Entendimentos contextuais e o reconhecimento "adequado" de eventos comuns

Que tipo de expectativas compõem um contexto "visto, mas não notado" de entendimentos comuns e como elas se relacionam com o reconhecimento de uma pes-

soa dos cursos estáveis de transações interpessoais? Algumas informações podem ser obtidas se primeiro nos perguntarmos de que forma uma pessoa irá olhar uma cena ordinária e familiar e o que ela irá ver nessa cena se pedirmos que ela não faça mais nada além de olhar a cena, como se ela fosse algo que, para a pessoa, ela "obviamente" e "realmente" não é.

A alunos de graduação foi atribuída a tarefa de ficarem de quinze minutos a uma hora observando as atividades em suas casas, enquanto fingiam que eram hóspedes. Foram instruídos a não demonstrarem que estavam representando um personagem. Trinta e três alunos relataram suas experiências.

Nos seus relatórios escritos os alunos "comportamentalizaram" as cenas domésticas. Aqui está um trecho de um dos relatos para ilustrar o que quero dizer.

> Um homem baixo e corpulento entrou na casa, me beijou no rosto e perguntou: "Como foi na escola"? Respondi educadamente. Ele entrou na cozinha, beijou a mais nova das duas mulheres, e disse olá para a outra. A mulher mais nova me perguntou: "O que você quer para o jantar, querida"? Respondi, "nada". Ela deu de ombros e não disse mais nada. A mulher mais velha andava pela cozinha murmurando. O homem lavou as mãos, sentou à mesa e pegou o jornal. Ele leu o jornal até as duas mulheres terminarem de pôr a comida à mesa. Os três se sentaram. Eles conversaram trivialmente sobre os acontecimentos do dia. A mulher mais velha disse algo em uma língua estrangeira que fez os outros rirem.

Pessoas, relações e atividades foram descritas sem considerar a sua história, o lugar que a cena tinha em um conjunto de circunstâncias de vida em desenvolvimento, ou as cenas como texturas de eventos relevantes para as partes envolvidas. Foram omitidas referências a motivos, à adequação, à subjetividade em geral e ao caráter socialmente padronizado dos eventos. As descrições podem ser consideradas como se fossem fornecidas por alguém que olha pelo buraco da fechadura, que ignora muito do conhecimento que ele tem em comum com os sujeitos sobre as cenas que ele está observando, como se quem escreveu as descrições tivesse presenciado as cenas sob os efeitos de uma amnésia branda, que afetasse seu conhecimento de senso comum das estruturas sociais.

Os alunos se surpreenderam de ver o quanto a forma como os membros se tratavam uns aos outros era pessoal. Os assuntos de um eram tratados como os assuntos dos outros. Quando uma pessoa que era criticada era incapaz de manter a linha, os outros a impediam de se ofender. Uma aluna relatou que ficou surpresa, ao perceber o quão livre era o seu acesso a casa. Manifestações de sentimentos e de condutas ocorreram sem nenhuma preocupação aparente em gerenciar as impressões causadas. Os modos à mesa eram ruins, e os membros da família demonstravam pouca polidez uns com os outros. Um acidente ocorrido pouco antes na cena foi a notícia do dia da família, que virou uma conversa trivial.

Os alunos relataram que essa forma de ver era difícil de sustentar. Objetos familiares – as pessoas, obviamente, mas também os móveis e disposição na sala – resistiam aos esforços dos alunos de pensar em si mesmos como estranhos. Muitos ficaram desconfortavelmente cientes de como movimentos habituais estavam sendo realizados, de *como* usavam os talheres de prata, de *como* se abria a porta ou se cumprimentava o outro membro. Muitos relataram ser a atitude difícil de sustentar, porque, com isso, discussões, brigas e motivações hostis tornavam-se patentemente visíveis. Com frequência, um relato que narrasse problemas recentemente visíveis era acompanhado pela afirmação do estudante de que seu relato dos problemas da família não traduzia a imagem "verdadeira"; a família era *realmente* uma família muito feliz. Diversos alunos relataram um sentimento moderadamente opressivo de "adequar-se a um papel". Diversos alunos tentaram formular o "verdadeiro eu" como atividades governadas pelas regras de conduta, mas desistiram por acharem que não valia a pena. Acharam mais convincente imaginar-se em circunstâncias "comuns" como "sendo seu verdadeiro eu". Não obstante, um aluno ficou intrigado com o tanto que ele, de forma deliberada e bem-sucedida, conseguia predizer as respostas dos outros às suas ações. Ele não se sentiu incomodado por esse sentimento.

Muitos relatos apresentaram uma variação do tema: "eu ficava feliz quando a hora do experimento terminava e eu podia retornar ao meu eu verdadeiro".

Os alunos estavam convencidos de que a visão a partir da atitude de hóspede não era seu verdadeiro ambiente familiar. A atitude de hóspede produziu impressões que eles desconsideravam por serem incongruências interessantes, de pouca e enganadora importância prática. Como foram alteradas as maneiras familiares de ver no ambiente de seus lares? Como o seu olhar diferia do olhar comum?

A partir de seus relatos, detectaram-se diversos contrastes entre o modo "comum" de ver e o "requerido" pelo experimento. (1) Ao olhar para seus lares como hóspede, eles substituíram a textura mutuamente reconhecida dos eventos por uma regra de interpretação que exigia que essa textura mútua fosse *temporariamente* desconsiderada. (2) A textura mutuamente reconhecida foi trazida sob a jurisdição da nova atitude como uma definição das estruturas essenciais dessa textura. (3) Isso foi feito por meio do engajamento na interação com os outros com uma atitude sobre cuja natureza e propósito apenas o usuário sabia, que permaneceu oculta, que podia tanto ser adotada ou colocada de lado no momento em que o usuário bem entendesse, e era uma questão de escolha voluntária. (4) A atitude como intenção foi sustentada como uma questão de submissão pessoal e voluntária a uma regra única e explícita, (5) na qual, como em um jogo, o objetivo da intenção era o mesmo que ver as coisas sob os auspícios da própria regra. (6) Acima de tudo, o olhar não estava condicionado a nenhuma necessidade de guiar seus próprios interesses no interior da atitude para com as ações dos outros. Essas foram as questões que os alunos acharam estranhas.

Quando os alunos usaram essas expectativas contextuais, não só como formas de ver as cenas familiares, mas também como base para agirem dentro delas, as cenas explodiram com perplexidade e raiva dos membros da família.

Em outro procedimento, pediu-se que os alunos passassem de quinze minutos a uma hora em suas casas imaginando que fossem hóspedes e também agindo como se fossem. Foram instruídos a agirem de forma circunspecta e educada. Deviam evitar intimidades, usar uma linguagem formal e falar apenas quando alguém falasse com eles.

Em nove dos quarenta e nove casos, os alunos ou se recusaram a fazer a tarefa (cinco casos), ou sua tentativa foi "infrutífera" (quatro casos). Quatro dos alunos que "não quiseram tentar" disseram que tinham medo de fazê-lo; o quinto disse que preferia evitar a possibilidade de perturbar sua mãe, que tinha problemas cardíacos. Em dois dos casos "infrutíferos", a família, desde o começo, agiu como se fosse uma piada, e se recusou a mudar de opinião, apesar das tentativas contínuas do aluno. A terceira família assumiu a visão de que havia algum problema que não estava sendo revelado pelo aluno, mas que, o que quer que fosse, não era de sua conta. Na quarta família, o pai e a mãe comentaram que a filha estava sendo "exageradamente gentil" e sem dúvida ela queria alguma coisa que revelaria em breve.

Nos restantes quatro quintos dos casos, os membros das famílias ficaram estupefatos. Eles buscavam vigorosamente tornar inteligíveis as estranhas ações do aluno e restaurar as aparências normais da situação. Os relatórios foram preenchidos com relato de surpresa, perplexidade, choque, ansiedade, vergonha e raiva e de acusações feitas por vários membros da família de que o aluno era mau, não tinha consideração, era egoísta, desagradável ou mal-educado. Os membros das famílias exigiram explicações: Qual é o problema? O que há com você? Você foi despedido? Está doente? Por que está sendo tão arrogante? Por que está zangado? Você perdeu a cabeça ou é apenas idiota? Um aluno envergonhou muito sua mãe na frente de suas amigas, ao perguntar se ela se importaria se ele pegasse um lanche da geladeira. "Se eu me importo com você pegar um lanchinho? Você tem lanchado aqui durante anos sem pedir permissão. O que deu em você"? Uma mãe, enfurecida pelo fato de sua filha lhe falar apenas quando ela lhe dirigia a palavra, começou a gritar furiosa, acusando a filha de desrespeito e insubordinação e recusou-se a se deixar acalmar pela irmã da aluna. Um pai repreendeu a filha por não se preocupar o suficiente com o bem-estar dos outros e por agir como uma criança mimada.

Ocasionalmente, os membros da família tratavam primeiro as ações do aluno como sendo uma desculpa para entrarem em uma cena cômica, que era rapidamente substituída por irritação e raiva exasperada dirigidas ao aluno, por este não saber quando parar. Os membros da família debochavam da "polidez" dos alunos – "Claro, Senhor Herzberg!" – ou acusavam o aluno de estar agindo como um sabichão e geralmente demonstravam sua reprovação da "polidez" do aluno com sarcasmo.

Buscavam-se explicações em motivos anteriores, que poderiam ser compreensíveis: o aluno estava "trabalhando demais" na escola, o aluno estava "doente", tinha "brigado de novo" com a noiva. Quando as explicações sugeridas pelos membros da família não foram validadas, seguia-se uma retração do membro ofendido, um isolamento do culpado, retaliação e denúncia. "Não o incomode, ele está de mau humor de novo"; "Então, não ligue, espere só até ele me pedir alguma coisa"; "Você está me ignorando, tudo bem, vou ignorar você também"; "Por que você está sempre causando atritos na nossa harmonia familiar"? Muitos relatos contaram versões do confronto seguinte. Um pai seguiu seu filho até o quarto. "Sua mãe está certa. Você não parece bem e não está falando coisa com coisa. É melhor arrumar outro emprego que não exija que você trabalhe até tão tarde." A isso, o aluno respondeu que ele ficaria feliz com a consideração deles, mas que ele se sentia bem e apenas queria um pouco de privacidade. O pai respondeu enfurecido: "Eu não quero ouvir mais *isso* de *você* e, se você não consegue tratar sua mãe de forma decente, então é melhor sair de casa"!

Não houve casos em que a situação não voltasse à normalidade depois de o aluno explicar as coisas. No entanto, a maioria dos membros das famílias não achou divertido, e apenas raramente acharam a experiência instrutiva, conforme o aluno argumentava que deveria ter sido. Depois de ouvir a explicação do aluno, uma irmã respondeu friamente, em nome de toda a família de quatro pessoas: "Por favor, não faça mais dessas experiências. Não somos ratos, sabe?" Ocasionalmente, a explicação foi aceita, mas, mesmo assim, ofendia. Em vários casos, os alunos relataram que as explicações dadas deixaram, tanto eles quanto as suas famílias, ou ambos, se perguntando o quanto do que o aluno havia dito foi "representando o personagem" e o quanto era "o que ele queria realmente dizer".

Os alunos acharam a tarefa difícil de cumprir. Mas, diferentemente dos relatos dos que apenas observavam, era comum os alunos relatarem que as dificuldades estavam relacionadas a não serem tratados como se fossem o personagem que estavam tentando representar e serem confrontados com situações em que não sabiam como um hóspede agiria.

Houve vários resultados inteiramente inesperados. (1) Apesar de muitos alunos relatarem ensaios mentais extensos, muito poucos mencionaram medo antecipado ou embaraço. (2) Por outro lado, apesar de frequentemente acontecerem evoluções inesperadas e desagradáveis, em apenas um caso o aluno relatou arrependimento profundo. (3) Pouquíssimos alunos relataram alívio profundo quando o experimento terminou. Foi muito mais frequente relatarem alívio parcial. Muitas vezes, relataram que, em resposta à raiva dos outros, eles também ficaram com raiva e facilmente deslizavam para sentimentos e ações subjetivamente reconhecíveis.

Contrastando com os relatórios dos "hóspedes" observadores, pouquíssimos relatórios "comportamentalizaram" a cena.

Entendimentos contextuais e afetos sociais

Apesar do interesse pelos afetos sociais que prevalece nas ciências sociais, e apesar da atenção extensa que a psiquiatria clínica dá a eles, surpreendentemente pouco tem sido escrito sobre as condições socialmente estruturadas para sua produção. O papel que um contexto de entendimentos comuns desempenha na sua produção, controle e reconhecimento é, entretanto, praticamente *terra incognita*. Essa falta de atenção da parte de investigadores experimentais é ainda mais notável se considerarmos que é precisamente com essa relação que as pessoas se preocupam nas suas representações de senso comum de como conduzir seus afazeres cotidianos de forma a incentivar o entusiasmo e a amizade ou a evitar a ansiedade, a culpa, a vergonha ou o tédio. A relação entre entendimentos comuns e afetos sociais pode ser ilustrada quando se considera a atuação dos alunos que agiram como hóspedes como um procedimento que envolveu a produção de perplexidade e raiva quando se trata uma situação importante como algo que ela "obviamente", "naturalmente" e "realmente" não era.

A existência de uma relação forte e definida entre entendimentos comuns e afetos sociais pode ser demonstrada, e algumas de suas características exploradas pela demonstração deliberada de desconfiança, um procedimento que produziu, para nós, efeitos altamente padronizados. O raciocínio foi o seguinte:

Uma das expectativas contextuais descrita por Schutz diz respeito ao uso sancionado da dúvida como uma característica constituinte de um mundo que está sendo entendido em comum. Schutz propôs que, para *conduzir seus afazeres diários*, uma pessoa presume, presume que a outra pessoa também presume, e presume que, se ela presume algo sobre a outra pessoa, a outra pessoa também presume o mesmo a respeito dela, que uma relação de correspondência indubitável é a relação sancionada entre a aparência real de um objeto e o objeto intencionado que parece de uma forma específica. Para a pessoa que está conduzindo seus afazeres cotidianos, os objetos são para ela, e ela espera que também para os outros, como aparentam ser. Tratar essa relação sob uma *regra* de dúvida requer que a necessidade e a motivação para tal regra seja justificada.

Antecipávamos que, por causa da relação diferenciada, quando se exibia uma regra de dúvida (desconfiança)[5] que a outra pessoa era como aparentava ser para a textura legítima de expectativas comuns, deveria haver um estado afetivo diferente para aquele que duvidava e para aquele que era objeto da dúvida. Da parte da pessoa objeto da dúvida, deveria haver a exigência de uma justificativa e, quando esta não era dada, na medida em que "qualquer um poderia ver" que ela não ocorreria, haveria irritação. Para o experimentador, esperávamos que houvesse um embaraço resultante da disparidade, sob o olhar fixo de sua vítima, entre o ser inferior, no qual seus desafios de "o que qualquer um acharia" o transformavam, e a pessoa competente que ele e outros sabiam que ele era, "apesar de tudo", mas que o procedimento exigia que ele não reivindicasse.

Assim como o relógio de Santayana[6], essa formulação não estava nem errada, nem certa. Apesar de o procedimento ter produzido aquilo que esperávamos, ele também deu a nós e aos experimentadores mais do que havíamos pedido.

Os alunos foram instruídos a envolverem alguém em uma conversa e imaginarem e agirem como se aquilo que a outra pessoa dissesse fosse orientado por motivos ocultos, que eram os motivos verdadeiros. Deveriam presumir que a outra pessoa estava tentando enganá-los ou levá-los ao erro.

Em apenas dois de trinta e cinco relatos, os alunos tentaram realizar a tarefa com estranhos. A maioria dos alunos ficou com medo de que uma situação assim ficasse fora de controle, então selecionaram amigos, colegas de quarto e familiares. Mesmo assim, relataram um volume considerável de ensaios mentais, muitas revisões das possíveis consequências, e escolhas deliberadas entre as pessoas.

A atitude era difícil de sustentar e manter até o final. Os alunos relataram uma percepção aguçada de estarem "em um jogo artificial", de serem incapazes de "viver o personagem" e de frequentemente ficarem "sem saber o que fazer a seguir". Enquanto ouviam a outra pessoa, experimentadores esqueciam da tarefa. Uma aluna falou por vários alunos, quando disse que não conseguiu resultado algum, porque estava fazendo tanto esforço para manter uma atitude de desconfiança, que não conseguiu acompanhar a conversa. Ela disse que foi incapaz de imaginar como seus interlocutores poderiam estar enganando-a, porque estavam falando de assuntos tão inconsequentes.

Com muitos alunos, a presunção de que a outra pessoa não era o que aparentava ser, e que deveriam desconfiar dela, era o mesmo que presumir que a outra pessoa estava com raiva deles e os odiavam. Por outro lado, muitas vítimas, apesar de reclamarem que o aluno não tinha razão para estar zangado com elas, faziam tentativas não solicitadas de explicação e conciliação. Quando isso não funcionava, seguiam-se demonstrações francas de raiva e "repugnância".

Um embaraço agudo e antecipado materializou-se rapidamente para os dois alunos que tentaram o procedimento com estranhos. Depois de insistir com um motorista de ônibus para que este confirmasse se o ônibus passaria na rua que ela queria e, após ele garantir várias vezes que, de fato, o ônibus passaria na rua desejada, o motorista, exasperado, gritou para que todos os passageiros pudessem ouvir: "Olhe, senhora, eu já disse uma vez, não disse? Quantas vezes vou ter que lhe dizer"! Ela relatou: "Eu me encolhi no fundo do ônibus para me afundar o tanto quanto pudesse no assento. Fiquei com os pés gelados, o rosto em chamas, e senti uma antipatia forte pela tarefa que me tinha sido passada".

Houve pouquíssimos relatos de vergonha ou embaraço da parte de alunos que tentaram o procedimento com amigos ou familiares. Ao invés disso, ficaram surpresos, e nós também, ao descobrirem, como foi relatado por um aluno, que "uma vez que comecei a interpretar o papel de uma pessoa odiada, eu realmente comecei a me sentir um tanto odiado, e quando deixei a mesa já estava com muita raiva". Foi mais surpreendente ainda para nós quando vários relataram que acharam o procedimento divertido e incluíam nisso a raiva verdadeira, tanto deles quanto dos outros.

Apesar de as explicações dos alunos facilmente restaurarem a maioria das situações, alguns episódios "ficaram sérios" e deixaram um resquício de perturbação para uma ou as duas partes envolvidas, que a explicação dada não conseguiu resolver. Isso pode ser ilustrado no relato de uma aluna, dona de casa, que, ao final do jantar, e com alguma apreensão, questionou seu marido sobre ele ter trabalhado até tarde na noite anterior e levantou uma dúvida sobre ele realmente ter jogado pôquer, como havia afirmado em uma noite da semana anterior. Sem perguntar o que ele havia realmente feito, ela indicou que era necessária uma explicação. Ele respondeu sarcasticamente: "Você parece estar incomodada com alguma coisa. Você sabe o que poderia ser? Sem dúvida essa conversa faria mais sentido se eu também soubesse". Ela o acusou de deliberadamente evitar o assunto, apesar de o assunto não ter sido mencionado. Ele insistiu que *ela* dissesse *a ele* qual era *o assunto*. Quando ela não disse, ele perguntou diretamente: "Está bem, qual é a piada?" Em vez de responder, "eu lancei-lhe um olhar magoado". Ele ficou visivelmente perturbado, tornou-se muito solícito, gentil e persuasivo. Em resposta a isso, ela revelou o experimento. Ele saiu de perto, obviamente infeliz, e durante o resto da noite permaneceu mal-humorado e desconfiado. Ela, enquanto isso, permaneceu à mesa, ressentida e agitada, por causa das respostas provocadas pelas suas afirmações de que ele não estava entediado no trabalho, "com todas as insinuações que isso poderia ou não significar", particularmente a insinuação de que ele não estava entediado no trabalho, mas sim que *estava* entediado com ela e em casa. Ela escreveu: "Eu realmente fiquei incomodada com suas observações... Eu fiquei mais perturbada e preocupada do que ele durante o experimento... com como ele aparentou permanecer imperturbável". Nenhum dos dois tentou nem quis discutir mais a questão. No dia seguinte, o marido confessou que tinha ficado consideravelmente perturbado e que teve as reações a seguir, na seguinte ordem: determinação de se manter calmo; choque com a "natureza desconfiada" de sua mulher; surpresa de saber que traí-la seria provavelmente difícil; uma determinação de fazer ela descobrir suas próprias respostas às suas próprias perguntas, sem ele negar ou ajudar; alívio extremo, quando ela revelou que a conversa tinha sido tramada como um experimento; mas, finalmente, um resquício de incômodo, que ele caracterizou como "suas ideias abaladas sobre a natureza da minha mulher, que continuaram pelo resto da noite".

Entendimentos contextuais e perplexidade

Anteriormente, argumentamos que a possibilidade de um entendimento comum não consiste em medidas demonstradas de conhecimento compartilhado da estrutura social, mas, ao invés disso, consiste inteiramente no caráter obrigatório de ações realizadas conforme as expectativas da vida cotidiana como uma moralidade. O conhecimento de senso comum dos fatos da vida social, para os membros da sociedade, é o conhecimento institucionalizado do mundo real. Não só o conhecimento de senso comum retrata uma sociedade real para os membros, mas, à maneira de uma profecia que se autocumpre, as características da sociedade real são produzidas pela obediência motivada de uma pessoa a essas expectativas contextuais. Daí, a estabilidade das ações concertadas deveria variar diretamente em função de quaisquer que fossem as condições reais de organização social que garantam a adesão motivada de uma pessoa a essa textura contextual de relevâncias como uma ordem legítima de crenças sobre a vida em uma sociedade vista "do interior" da sociedade. Visto do ponto de vista da pessoa, seu comprometimento com a obediência motivada consiste em sua compreensão e aceitação dos "fatos naturais da vida em sociedade".

Tais considerações sugerem que, quanto mais firme for a compreensão que um membro da sociedade tem "daquilo que qualquer um de nós necessariamente conhece", mais severa deveria ser sua perturbação, quando os "fatos naturais da vida" lhe fossem impugnados como descrição de suas circunstâncias reais. Para testar essa sugestão, um procedimento teria que modificar a estrutura *objetiva* daquilo que é familiar e conhecido em comum, quando torna inoperantes as expectativas contextuais. Especificamente, essa modificação consistiria em sujeitar uma pessoa a uma quebra das expectativas contextuais da vida cotidiana, ao: (a) dificultar que a pessoa interpretasse a situação como um jogo, um experimento, uma mentira, uma brincadeira, ou seja, como algo diferente daquilo que é conhecido conforme a atitude da vida cotidiana como sendo uma questão de moralidade obrigatória e ação, (b) tornar necessário que ele reconstruísse os "fatos naturais", mas dar tempo insuficiente para ele gerenciar essa reconstrução em relação a ter o domínio necessário das circunstâncias práticas, para o qual ele precisaria usar seu conhecimento dos "fatos naturais" e (c) requerer que ele administrasse a reconstrução dos fatos naturais por si só e sem a validação consensual.

Presumivelmente, ele não teria outra alternativa a não ser tentar normalizar as incongruências resultantes no interior da ordem dos eventos da vida cotidiana. Através do esforço do desenvolvimento em si, os eventos deveriam perder seu caráter perceptivelmente normal. O membro deveria ser incapaz de reconhecer o *status* de um evento como típico. Julgamentos de probabilidade deveriam lhe falhar. Ele deveria ser incapaz de relacionar ocorrências presentes a ordens similares de eventos que

ele já conheceu no passado. Ele deveria ser incapaz de definir, menos ainda de "ver prontamente" as condições sob as quais o evento poderia ser reproduzido. Ele deveria ser incapaz de ordenar esses eventos em termos de relações meios-fins. Deveria ser minada a convicção de que a autoridade moral da sociedade familiar obriga a sua ocorrência. Ligações estáveis e "realísticas" entre intenções e objetos deveriam ser dissolvidas, e com isso quero dizer que deveriam se tornar obscuras as formas, do contrário familiares para ele, pelas quais o ambiente objetivo percebido serve como a base motivadora de sentimentos e é motivado por sentimentos direcionados a esse ambiente. Em resumo, o ambiente real percebido pelos membros, ao perder seu contexto conhecido-em-comum, deveria tornar-se "especificamente sem sentido"[7]. Idealmente falando, os comportamentos direcionados a tal ambiente sem sentido deveriam ser os de perplexidade, incerteza, conflito interno, isolamento psicossocial, ansiedade aguda e sem razão, junto com vários sintomas de despersonalização aguda. As estruturas de interação deveriam ser, de igual modo, desorganizadas.

Isso é esperar bastante de uma quebra nas expectativas contextuais. Obviamente, nos contentaríamos com menos se os resultados de um procedimento que causasse essa quebra fossem pelo menos um pouco encorajadores a respeito dessa formulação. Como acontece, o procedimento produziu perplexidade e ansiedade convincentes e facilmente detectadas.

Para começar, é necessário especificar com quais expectativas exatamente estamos lidando. Schutz relatou que a característica de uma cena "conhecida em comum com outras pessoas" era múltipla e era composta por vários elementos constituintes. Por terem sido discutidos em outro lugar[8], irei restringir a discussão a uma breve enumeração.

De acordo com Schutz, uma pessoa presume, presume que a outra pessoa também presume, e presume que, tal como ela presume sobre a outra pessoa, a outra pessoa presume sobre ela:

1) Que as determinações atribuídas a um evento pela testemunha são questões necessárias que se sustentam em fundamentos que especificamente desconsideram a opinião pessoal ou as circunstâncias socialmente estruturadas de qualquer testemunha em particular, ou seja, que as determinações são necessárias como questões de "necessidade objetiva" ou "fatos da natureza".

2) Que uma relação de indubitável correspondência é a relação sancionada entre a aparência-apresentada-do-objeto e o objeto-pretendido-que-se-apresenta-na-perspectiva-daquela-aparência-particular.

3) Que o evento que é conhecido da forma que é conhecido pode real e potencialmente afetar a testemunha e pode ser afetado pela sua ação.

4) Que os significados dos eventos são produtos de um processo socialmente padronizado de nomeação, reificação e idealização do fluxo de experiência do usuário, ou seja, são os produtos de uma linguagem.

5) Que as determinações presentes de um evento, quaisquer que sejam, são determinações que foram imaginadas em ocasiões anteriores e que podem ser imaginadas novamente, de forma idêntica, em um número indefinido de ocasiões futuras.

6) Que o evento imaginado é retido como o evento temporalmente idêntico ao longo do curso da experiência.

7) Que o evento tem como seu contexto de interpretação: (a) um esquema de interpretação comumente usado, que consiste em um sistema padronizado de símbolos; e (b) "aquilo que qualquer um sabe", ou seja, um corpo preestabelecido de conhecimentos socialmente autorizados.

8) Que as determinações reais que o evento tem para as testemunhas são as determinações potenciais que ele teria para a outra pessoa se eles trocassem de posição.

9) Que para cada evento há determinações correspondentes que se originam na biografia particular da testemunha e na da outra pessoa. Do ponto de vista da testemunha, tais determinações são irrelevantes para os propósitos de ambos, e ambos, ele e o outro, selecionaram e interpretaram as determinações atuais e potenciais dos eventos de forma empiricamente idêntica e que é suficiente para todos seus fins práticos.

10) Que há uma disparidade característica entre as determinações publicamente reconhecidas, e as determinações pessoais e reservadas dos eventos, e esse conhecimento pessoal mantido em segredo, ou seja, que o evento significa para ambos, a testemunha e o outro, mais do que a testemunha pode dizer.

11) Que as alterações nessa disparidade característica permanecem dentro do controle autônomo da testemunha.

Não é o caso que aquilo que um evento exibe como determinação distintiva seja condição para o seu pertencimento a um ambiente-conhecido-à-maneira-do-senso-comum. Ao invés disso, as condições de seu pertencimento são as atribuições de que suas determinações, *não importa em que substantivamente elas consistam*, poderiam ser vistas pela outra pessoa se trocassem de posição, ou que suas características não são atribuídas como questões de preferência pessoal, mas podem ser vistas por qualquer um, ou seja, as características anteriormente enumeradas. Estas, e apenas estas, características enumeradas, *independente* de quaisquer outras determinações que um evento possa ter, definem o caráter de senso comum de um evento. Quaisquer outras determinações que um evento da vida cotidiana possa exibir – quer essas determinações sejam motivos pessoais, sua história de vida, as distribuições de renda na

população, obrigações de parentesco, a organização de uma indústria, ou aquilo que fantasmas fazem quando anoitece – se, e somente se, o evento tiver para a testemunha as determinações enumeradas, será um evento em um ambiente "conhecido em comum com outros".

Tais atribuições são características de eventos testemunhados, que são vistas sem serem notadas. Elas são demonstravelmente relevantes para o senso comum que o autor constrói sobre o que está acontecendo com ele. Elas informam a testemunha sobre qualquer aparência particular de um ambiente interpessoal. Elas informam a testemunha sobre os objetos reais dos quais as aparências reais são aparências, mas sem essas características atribuídas serem necessariamente reconhecidas de forma deliberada ou consciente.

Já que cada uma das expectativas que compõem a atitude da vida cotidiana atribui uma característica esperada ao ambiente do ator, deveria ser possível quebrar essas expectativas, modificando-se deliberadamente os eventos cênicos de forma a frustrar essas atribuições. Por definição é possível que haja surpresa com cada uma dessas características esperadas. O quanto a surpresa será desagradável irá variar em razão diretamente proporcional à intensidade com que a pessoa, como uma questão de necessidade moral, aceita seu uso como um esquema para atribuir às aparências testemunhadas seu *status* de eventos em um ambiente percebido como normal. Em resumo, a compreensão realística que um membro de uma coletividade tem dos fatos naturais da vida e o seu comprometimento com o conhecimento sobre eles como condição de autoestima para se considerar um membro competente e de boa-fé daquela coletividade[9] é a condição de que precisamos para maximizar sua confusão, aproveitando a ocasião em que os fundamentos em que essa compreensão se baseia se tornam uma fonte de incongruência irredutível.

Eu desenhei um procedimento que quebraria essas expectativas, ao mesmo tempo em que satisfaria as três condições, sob as quais essa quebra presumivelmente causaria confusão, ou seja, que a pessoa não poderia fazer a situação virar uma brincadeira, uma piada, um experimento, uma farsa, ou coisa parecida, ou, na terminologia lewiniana[10], que ela não poderia "sair de campo"; que ela teria tempo insuficiente para fazer uma redefinição de suas circunstâncias reais; e que ela seria privada de apoio consensual para uma definição alternativa da realidade social.

Vinte e oito alunos aspirantes a uma vaga na Faculdade de Medicina foram submetidos, individualmente, a uma entrevista experimental de três horas. Como parte da solicitação aos sujeitos, bem como também no início da entrevista, o experimentador se identificava como um representante de uma faculdade de medicina do leste, que estava tentando entender por que a entrevista de seleção para a Faculdade de Medicina era uma situação tão estressante. Esperava-se que apresentar o experimentador como uma pessoa que tivesse ligações com uma faculdade de medicina tornaria mais difícil

ocorrer a possibilidade de o aluno "sair de campo" após ser iniciado o procedimento de quebra de expectativa. Como conseguimos satisfazer as outras duas condições [as de (a) gerenciar uma redefinição em um tempo insuficiente e (b) não poder contar com apoio consensual para uma definição alternativa de realidade social] é algo que se esclarecerá na descrição a seguir.

Durante a primeira hora da entrevista o aluno fornecia ao "representante da Faculdade de Medicina" os fatos-da-vida de uma entrevista médica, ao responder a questões tais como: "Quais fontes de informação sobre o candidato estão disponíveis para as faculdades de medicina?"; "Que tipo de pessoa as faculdades de medicina estão procurando?"; "O que um bom candidato deveria fazer durante a entrevista?"; e "O que ele deveria evitar?" Feito isso, o aluno era informado de que os interesses de pesquisa do representante tinham sido satisfeitos. Então, perguntava-se ao aluno se ele se incomodaria de ouvir uma gravação de uma entrevista real. Todos os alunos quiseram muito ouvir a gravação.

Era uma gravação de uma falsa entrevista entre "um entrevistador de uma faculdade de medicina" e um "candidato". O candidato era tosco, sua linguagem era agramatical e cheia de coloquialismos; ele era evasivo, contradizia o entrevistador e era cheio de si; falava mal de outras faculdades e profissões e insistia em saber como tinha ido na entrevista. Imediatamente após o término da gravação, obtinham-se opiniões detalhadas dos outros alunos sobre o candidato gravado.

Dava-se, então, ao aluno informações da "ficha oficial" do candidato. Informações sobre seu desempenho e sua personalidade foram fornecidas, nessa ordem. Informações sobre desempenho, relacionadas às atividades do candidato, suas notas, histórico familiar, cursos, trabalhos de caridade, e coisas semelhantes. Informações sobre sua personalidade consistiam em avaliações de personalidade feitas pelo "Dr. Gardner, o entrevistador da Faculdade de Medicina", por "seis membros da comissão de seleção que tinham treinamento psiquiátrico e que haviam apenas ouvido a gravação da entrevista" e por "outros alunos".

A informação foi deliberadamente elaborada para contradizer os pontos principais da avaliação feita pelo aluno. Por exemplo, se o aluno dizia que o candidato deve ter vindo de uma família de classe baixa, dizia-se a ele que o pai do candidato era vice-presidente de uma firma que fabricava portas pneumáticas para trens e ônibus. O candidato era ignorante? Então ele teve êxito em cursos como "A poesia de Milton" e "Dramas de Shakespeare". Se o aluno dizia que o candidato não sabia se relacionar com as pessoas, então dizia-se que o candidato tinha trabalhado como arrecadador voluntário de doações para o Hospital Sydenham de Nova York, que tinha conseguido arrecadar US$ 32.000,00 de trinta "grandes doadores". A fala de que o candidato era estúpido e não se daria bem em um campo científico era refutada com os conceitos "A" que ele havia tirado em Química Orgânica e Física e com o desempenho condi-

zente com o de um aluno de pós-graduação em um curso de iniciação à pesquisa na graduação.

Os alunos queriam muito saber o que "os outros" pensavam sobre o candidato e se ele havia sido selecionado. Dizia-se aos alunos que o candidato havia sido selecionado e que ele não havia decepcionado o entrevistador da Faculdade de Medicina e os "seis psiquiatras", que tinham recomendado o candidato enfaticamente pela sua personalidade, e lia-se essa recomendação para o aluno. Quanto às avaliações dos outros alunos, dizia-se ao aluno, por exemplo, que trinta outros alunos tinham feito avaliações e que vinte e oito concordavam plenamente com a avaliação do entrevistador, e os outros dois restantes tinham tido algumas dúvidas, mas que depois que viram as primeiras informações passaram a ver o candidato da mesma forma que os outros o haviam visto.

Depois disso, convidava-se o aluno a ouvir a gravação uma segunda vez, após a qual pedia-se que ele avaliasse o candidato novamente.

Resultados: Vinte e cinco dos vinte e oito alunos se deixaram levar pelo experimento. O que se segue não se aplica aos outros três, que estavam convencidos de que havia uma farsa. Dois desses casos são discutidos na conclusão desta seção.

Os alunos gerenciaram as incongruências dos dados sobre o desempenho com tentativas vigorosas de fazê-las factualmente compatíveis com suas avaliações originais e muito depreciativas. Por exemplo, muitos disseram que o candidato parecia ser ou era uma pessoa de classe social baixa. Quando souberam que seu pai era vice-presidente de uma empresa nacional que fabricava portas pneumáticas para trens e ônibus, eles respondiam desta forma:

> "Ele deveria ter dito que *tinha* dinheiro".
> "Isso explica por que ele disse que tinha que trabalhar. Provavelmente seu pai o obrigava a trabalhar. Isso tornaria infundadas muitas de suas reclamações, já que a situação não estava tão ruim assim."
> "O que isso tem a ver com valores"?

Quando souberam que a média dele era "A" em cursos de Ciências Naturais, os alunos começaram a demonstrar abertamente sua perplexidade.

> "Ele fez uma variedade de cursos... Estou confuso. A entrevista provavelmente não espelhou muito bem sua personalidade."
> "Ele, de fato, parecia ter feito alguns cursos esquisitos. Eles parecem ser razoavelmente normais. Não normais... mas... não me surpreende, nem de um jeito, nem de outro."
> "Bem! Acho que a gente pode analisar da seguinte forma. Em termos psicológicos. Veja... uma forma possível... agora, posso estar totalmente *enganado*, mas é desse jeito que eu vejo *isso*. Ele provavelmente sofria de um complexo de inferioridade, e isso é uma supercompensação pelo seu complexo de inferioridade. Suas notas *ótimas*... suas notas *boas* são uma compensação pelo seu fracasso... no âmbito social talvez, não sei."
> "Opa! Sua terceira alternativa foi a Universidade de Georgia. (Suspiro profundo.) Posso entender por que ele se ressentiria de não ter sido admitido na sociedade acadêmica de honra Phi Bet"[11].

Tentativas de solucionar as incongruências provocadas pela avaliação de personalidade de "Gardner" e dos "outros seis juízes" foram muito menos frequentes do que tentativas de normalizar as informações sobre desempenho. Manifestações abertas de perplexidade e ansiedade misturadas com ruminações silenciosas foram usuais:

> (Risada) Meu Deus! (Silêncio.) Eu acharia que as coisas seriam todas ao contrário. (Muito baixo.) Talvez esteja completamente errado... minha orientação está toda errada. Estou completamente confuso.
> Não era educado. Autoconfiante, ele certamente era. Mas não educado. Não sei. Ou o entrevistador era meio maluco, ou eu estou maluco. (Pausa longa.) Isso é meio chocante. Me faz duvidar da minha forma de pensar. Talvez meus valores de vida estejam todos errados, não sei.
> (Assobios) Eu – Eu não acho que ele parecia ser bem-educado, de forma alguma. Aquele tom de voz!! Eu... talvez você notou, quando ele disse "Você deveria ter dito isso logo de cara", *antes*, ele (o entrevistador da Faculdade de Medicina da gravação) tinha aceitado isso com um sorriso. Mas mesmo assim! Não, não consigo ver isso. "Você deveria ter dito isso antes". Mas talvez ele estava tentando ser engraçado. Exercendo um... Não! Me pareceu impertinente!
> Irc... Bem, isso certamente me dá uma visão diferente da minha concepção de entrevistas. Nossa... isso... me confunde mais ainda.
> Bem... (risada)... Hum! Irc! Bem, talvez ele parecesse ser um bom garoto. Ele conseguiu... se fazer entender. Talvez... ver a pessoa faria uma grande diferença. Ou talvez eu nunca seria um bom entrevistador. (Reflexivamente e quase inaudível.) Eles não mencionaram nenhuma das coisas que eu mencionei. (Experimentador: Hein?) (Mais alto.) Eles não mencionaram nenhuma das coisas que eu mencionei, então eu me sinto como um fracasso completo.

Pouco depois de os dados sobre o desempenho do candidato terem provocado consternação, os alunos ocasionalmente perguntaram como os outros alunos o haviam avaliado. Somente depois de ter sido entregue a eles a avaliação do "Dr. Gardner" e eles terem reagido a isso é que as opiniões dos "outros alunos" foram dadas. Em alguns casos dizia-se ao sujeito "Trinta e quatro em trinta e cinco antes de você", às vezes quarenta e três em quarenta e cinco, dezenove em vinte, cinquenta e um em cinquenta e dois. Todos os números eram grandes. Para dezoito dos vinte e cinco alunos, aquilo que foi dito quase não se desviou dos protocolos a seguir:

(34 em 35) Eu não sei... Ainda vou ficar com as minhas convicções originais. Eu... Eu... você pode *me* dizer o que... eu vi de errado. Talvez eu... eu... tive a impressão errada – a atitude errada o tempo todo. (Você pode me dizer? Acho interessante que tenha havido tal disparidade.) Definitivamente... eu... acho... que definitivamente seria o contrário. Não consigo ver sentido nisso. Estou completamente confuso, acredite. Eu... eu não consigo entender como posso ter errado tanto. Talvez as minhas impressões – minhas avaliações das pessoas estejam simplesmente erradas. Quero dizer, talvez tive as impressões erradas... Talvez meus valores... estejam... errados... ou sejam diferentes... dos outros trinta e três. Mas eu não acho que esse seja o caso... porque geralmente... digo isso com toda a modéstia... eu... eu consigo julgar as pessoas. Quero dizer, na aula, nas organizações às quais eu pertenço... Eu geralmente as julgo corretamente. Então eu não entendo, de *forma alguma*, como eu posso ter errado tanto. Eu não acho que eu estava sob algum tipo de estresse ou tensão... aqui... hoje à noite, mas... eu não entendo.

(43 em 45) (Risos) Eu não sei o que dizer agora. Estou perturbado pela minha incapacidade de julgar o cara melhor do que isso. (Baixo) Eu vou dormir hoje, certamente (muito baixo), mas isso com certeza me incomoda. Perdão por não... Bem! Uma questão que surge... Posso estar errado... (Você consegue entender como eles podem tê-lo visto?) Não. Não, eu não consigo, não. Claro, com todo aquele histórico dele, sim, mas eu não consigo ver como o Gardner conseguiu sem o histórico. Bem, acho que é isso que faz o Gardner ser Gardner, e eu ser eu. (Os outros 45 alunos não tiveram acesso ao histórico.) Sim, sim, sim. Quero dizer, não estou negando, de forma alguma. Quero dizer por mim mesmo, não tem sentido em dizer... É claro! Com o histórico deles eles teriam sido selecionados, especialmente o segundo cara, meu Deus! Está bem, o que mais?

(36 de 37) Eu voltaria atrás na minha opinião anterior, mas não muito. Eu simplesmente não entendo. Por que eu teria padrões diferentes? As minhas opiniões estavam mais ou menos parecidas? (Não.) Isso me deixa pensativo. É engraçado. A não ser que os outros trinta e seis fossem pessoas muito incomuns. Eu não consigo entender. Talvez seja a minha personalidade. (Faz alguma diferença?) Faz uma diferença, se eu presumir que eles estão certos. O que eu acho certo, eles não acham. É a minha atitude... mesmo assim, um cara desse tipo me azedaria, um tipo sabichão a ser evitado. É claro que você pode falar assim com outros colegas... mas em uma entrevista?... Agora estou mais confuso do que estava no começo da entrevista. Acho que devo ir para casa, me olhar no espelho e conversar comigo mesmo. Você tem alguma ideia? (Por quê? Isso te incomoda?) Sim, incomoda *sim*! Me faz pensar que as minhas habilidades em julgar as pessoas e os meus valores são muito diferentes do normal. Não é uma situação saudável. (Que diferença isso faz?) Se eu ajo da forma que ajo, me parece que estou simplesmente colocando minha cabeça na boca do leão. Eu tinha preconceitos, mas estão todos destruídos. Me faz ficar pensando sobre mim mesmo. Por que eu teria esses padrões diferentes? Tudo aponta para mim.

Dos vinte e cinco sujeitos que foram considerados, sete foram incapazes de resolver a incongruência de terem errado tanto sobre uma questão tão óbvia e foram incapazes de "enxergar" a alternativa. Seu sofrimento foi dramático e sem alento. Outros cinco resolveram a questão com a visão de que a faculdade tinha selecionado um bom homem; cinco outros, com a visão de que ela havia selecionado um tosco. Apesar de mudarem, eles não abandonaram suas opiniões anteriores. Para eles, a opinião de Gardner podia ser entendida "no geral", mas isso era um entendimento sem convicção. Quando dirigiam sua atenção aos detalhes, o quadro geral evaporava. Esses sujeitos estavam dispostos a considerar e usar o quadro "geral", mas sofriam sempre quando detalhes indigeríveis do mesmo retrato entravam em cena. A aceitação do quadro "geral" era acompanhada de uma enumeração das características, que não só eram o contrário daquelas que estavam na avaliação inicial do sujeito, mas eram intensificadas por adjetivos superlativos, de forma que, onde o candidato anteriormente havia sido desajeitado, ele agora era "extremamente" equilibrado; onde ele havia sido tosco, ele era "muito" natural; onde ele havia sido histérico, ele era "muito" calmo; além disso, eles viam as novas características através de uma nova apreciação da forma como o examinador médico havia ouvido. Eles *viram*, por exemplo, que o examinador *estava sorrindo*, quando o candidato esqueceu-se de oferecer um cigarro a ele.

Três outros sujeitos estavam convencidos de que havia uma farsa, e agiram conforme essa crença durante toda a entrevista. Eles não demonstraram perturbação alguma. Dois deles demostraram um sofrimento agudo assim que a entrevista parecia estar terminada e estavam sendo liberados sem se darem conta da farsa.

Outros três, ao sofrerem em silêncio, confundiram o experimentador. Sem darem indicação alguma ao experimentador, eles consideraram a entrevista como uma entrevista experimental, na qual eles deveriam resolver alguns problemas, e, portanto, pensaram que deveriam fazer isso tão bem quanto pudessem e que não deveriam mudar nada nas suas opiniões, pois somente assim estariam contribuindo para o estudo. Foi difícil para o experimentador entendê-los durante a entrevista, porque eles demonstraram grande ansiedade, ainda que suas respostas fossem tranquilas e não tocassem nas questões que estavam provocando a ansiedade.

Finalmente, três outros sujeitos contrastaram com o resto. Um deles insistiu que as avaliações de personalidade eram "semanticamente ambíguas" e, por haver informação insuficiente, não era possível ter uma "opinião de alta correlação". Um segundo, o único da série, de acordo com o que relatou, achou o segundo retrato tão convincente quanto o original. Quando a farsa foi revelada, ele ficou perturbado com o fato de ter podido ficar tão convencido como ficou. O terceiro, em face de tudo, demonstrou apenas uma leve perturbação, que durou muito pouco. Entretanto, apenas ele, entre todos os sujeitos, já havia sido entrevistado para a Faculdade de Medicina e tinha contatos excelentes. Apesar de ter uma média menor que C, ele estimava que

suas chances de ser selecionado eram boas e manifestou sua preferência por uma carreira diplomática em vez de uma carreira na medicina.

Como observação final: vinte e dois dos vinte e oito sujeitos manifestaram um grande alívio – dez deles com expressões explosivas – quando a farsa foi revelada. Foram unânimes em dizer que saber da farsa os permitiu retornarem aos seus pontos de vista anteriores. Sete dos sujeitos tiveram que ser convencidos de que tinha havido uma farsa. Quando a farsa foi revelada, eles perguntaram no que deveriam acreditar. O experimentador estava dizendo que houve uma farsa só para fazê-los se sentirem melhor? Não poupamos esforços, e quaisquer verdades ou mentiras que precisaram ser contadas foram ditas de modo a estabelecer a verdade de que tinha havido uma farsa.

Porque a obediência motivada às expectativas que compõem as atitudes da vida do dia a dia consiste, do ponto de vista de uma pessoa, em sua apreensão e comprometimento com os "fatos naturais da vida", as variações nas condições organizacionais da obediência motivada, para os diferentes membros de uma coletividade, consistiria nos diferentes graus de apreensão e adesão aos "fatos naturais da vida" desses membros. Portanto, a severidade dos efeitos descritos acima deveriam variar diretamente em função do comprometimento obrigatório dos membros com a apreensão dos fatos naturais da vida. Além disso, por causa do caráter *objetivo* da ordem moral comum apreendida dos fatos da vida coletiva, a severidade deveria variar de acordo com sua apreensão comprometida dos fatos naturais da vida, independentemente de "características de personalidade". Por características de personalidade entendo todas as características pessoais que os investigadores usam metodologicamente para explicarem os cursos de ação de uma pessoa, ao relacionarem essas ações a variáveis motivacionais e de "vida interior", que são mais ou menos sistematicamente concebidas, enquanto desconsideram os efeitos dos sistemas sociais e culturais. Os resultados da maioria dos métodos convencionais de avaliação de personalidade e dos procedimentos psiquiátricos satisfazem essa condição.

Portanto, o fenômeno a seguir deveria ser passível de ser descoberto. Imagine um procedimento, através do qual uma avaliação convincente pode ser feita do grau de apreensão comprometida que uma pessoa tem dos "fatos naturais da vida". Imagine um outro procedimento, através do qual o grau de confusão de uma pessoa possa ser avaliado, variando nos graus e misturas dos comportamentos descritos anteriormente. Para um conjunto de pessoas que não foram previamente selecionadas e independentemente de determinações de personalidade, a relação inicial entre o comprometimento em "apreensão dos fatos naturais" e "confusão" deveria ser aleatória. Submetidos à quebra de expectativas da vida cotidiana, dadas as condições para a produção otimizada de perturbação, as pessoas deveriam variar no grau de confusão apresentado, em quantidade que se coordena com a extensão original de sua apreensão dos "fatos naturais da vida".

O tipo de fenômeno que eu proponho como sendo passível de ser descoberto é retratado nas figuras 1 e 2, que estão baseadas no estudo dos vinte e oito alunos aspirantes a uma vaga na Faculdade de Medicina, relatado acima. Antes da introdução de material incongruente, a extensão do comprometimento dos alunos com uma ordem moral comum dos fatos da vida de um aluno aspirante a uma vaga na Faculdade de Medicina e a ansiedade dos alunos estavam correlacionadas – 0,026. Depois que o material incongruente foi introduzido e não conseguiram normalizá-lo, e antes de a farsa ser revelada, a correlação era de 0,751. Devido aos procedimentos de avaliação serem extremamente primários, devido a erros sérios no desenho e no procedimento e devido ao argumento *post hoc*, esses resultados não fazem mais do que ilustrar aquilo de que estou falando. Em nenhuma circunstância eles devem ser considerados achados científicos.

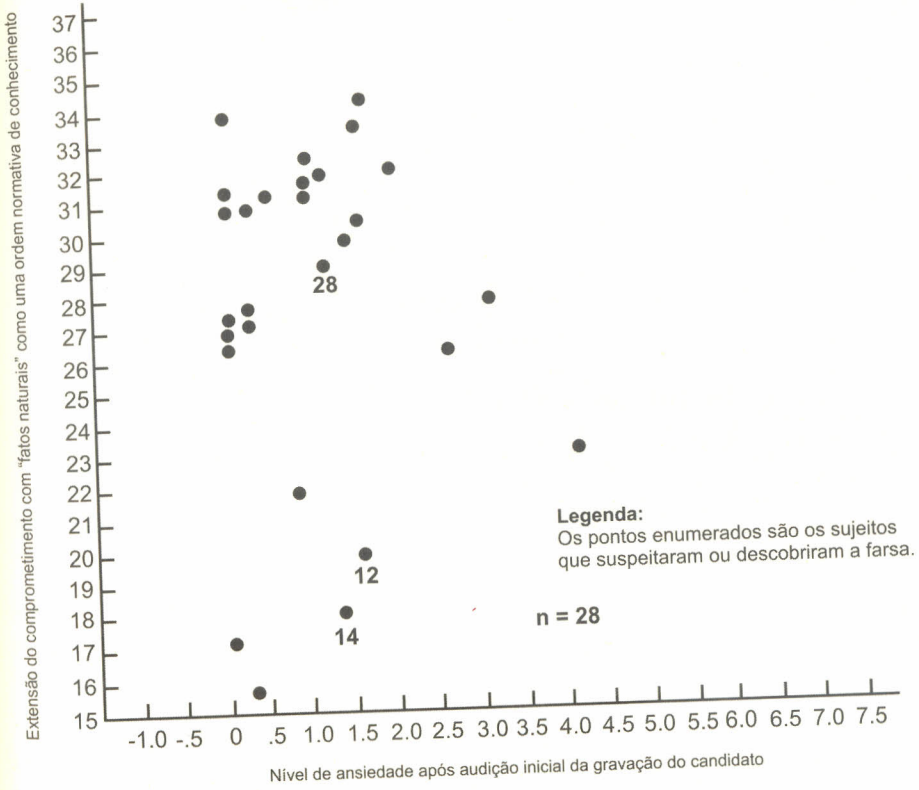

FIGURA 1. Correlação do grau de apreensão do sujeito com "os fatos naturais" como uma ordem institucionalizada de conhecimento sobre as circunstâncias envolvendo alunos aspirantes a uma vaga na Faculdade de Medicina e o nível de ansiedade inicial (r = 0,026)

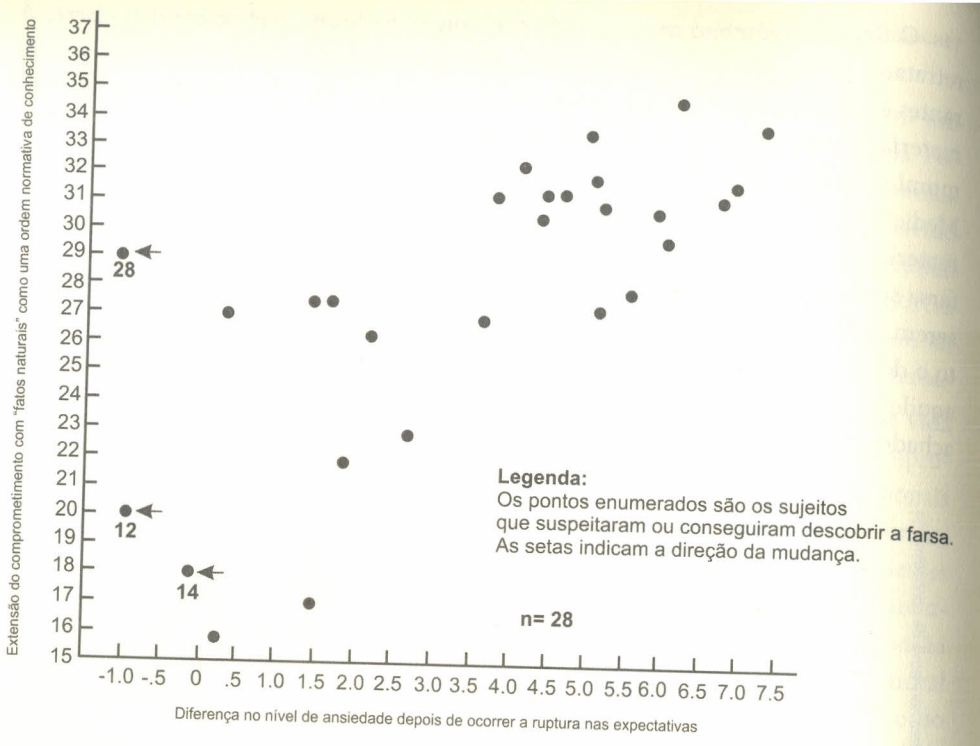

FIGURA 2. Correlação do grau de apreensão do sujeito com "os fatos naturais" como uma ordem institucionalizada de conhecimento sobre as circunstâncias envolvendo aspirantes a uma vaga na Faculdade de Medicina e o nível de ansiedade relativa (r = 0,751)

A relevância dos entendimentos comuns para o fato de modelos do homem na sociedade o retratarem como uma pessoa de juízo sedado

Muitos estudos têm documentado a descoberta de que a padronização social dos entendimentos comuns, independentemente daquilo que é padronizado, orienta as ações de uma pessoa em eventos cênicos e fornece às pessoas a base, a partir da qual desvios percebidos do curso normal das coisas são detectáveis, a restauração da ordem é feita e um esforço de ação é mobilizado.

Os teóricos em ciências sociais – especialmente os psiquiatras sociais, os psicólogos sociais, os antropólogos e os sociólogos – têm usado a padronização para conceber o caráter e as consequências das ações que obedecem às expectativas padronizadas. Em geral, eles têm reconhecido, mas também negligenciado, o fato de que é por meio destas mesmas ações que as pessoas descobrem, criam e sustentam essa padronização. Uma consequência importante e dominante dessa negligência é enganar-se sobre a natureza e as condições das ações estáveis. Isso ocorre, ao considerar-se o membro da

sociedade como uma pessoa de juízo sedado do tipo cultural ou psicológico, ou ambos, com o resultado de que os resultados *não publicados* de qualquer estudo concluído sobre a relação entre ações e expectativas padronizadas irão, invariavelmente, conter uma quantidade suficiente de material incongruente para instar uma revisão essencial.

Por "sedado cultural" refiro-me ao homem-na-sociedade-do-sociólogo que produz as características estáveis da sociedade, ao agir de acordo com alternativas preestabelecidas e legítimas de ação, fornecidas pela cultura comum. O "psicologicamente sedado" é o homem-na-sociedade-do-psicólogo que produz as características estáveis da sociedade ao escolher entre cursos alternativos de ação, aos quais ele é compelido, com base na sua biografia psiquiátrica, história condicionante e nas variáveis do funcionamento mental. A característica comum no uso desses "modelos de homem" é o fato de os fluxos das racionalidades de senso comum[12] dos julgamentos que envolvem o uso pela pessoa do conhecimento de senso comum das estruturas sociais, ao longo da "sucessão" temporal de situações de aqui e agora, serem tratados como epifenômenos.

O caráter enganoso do uso do juízo sedado, para retratar a relação entre expectativas padronizadas e cursos de ação, leva ao problema de a explicação adequada como a consideração que controla a decisão do investigador de levar em conta ou não as racionalidades de senso comum, quando decide as relações necessárias entre os cursos de ação, dadas considerações problemáticas, tais como a escolha de perspectiva, subjetividade e tempo interior. Uma solução preferível é retratar o resultado a que as ações dos membros chegaram, usando estruturas estáveis – ou seja, aquilo a que *chegaram* – como um ponto de partida teórico, a partir do qual se pode retratar o caráter necessário dos caminhos pelos quais o resultado final é construído. Hierarquias de disposições de necessidades e cultura comum como regras impostas de ação são dispositivos privilegiados para se resolver o problema da inferência necessária, embora isso se dê ao custo de se transformar a pessoa-em-sociedade em uma pessoa de juízo sedado.

Como um investigador *faz* isso quando considera o membro de uma sociedade como uma pessoa de juízo sedado? Vários exemplos fornecerão algumas particularidades e consequências.

Eu atribuí aos alunos a tarefa de barganhar o preço de uma mercadoria de preço padronizado. A expectativa padronizada relevante é a "regra do preço único institucionalizado", um elemento constituinte, de acordo com Parsons[13], da instituição do contrato. Por causa do caráter "internalizado" da regra, esperava-se que os alunos-clientes ficassem com medo e vergonha da tarefa prevista, e com vergonha de tê-la realizado. Reciprocamente, esperava-se que fossem relatadas com frequência ansiedade e raiva dos vendedores.

Foi passada a sessenta e oito alunos a tarefa de fazer uma única tentativa com qualquer item que não custasse mais do que dois dólares, sendo que deveriam oferecer muito menos do que o preço cobrado. Para outros sessenta e sete alunos foi passada a tarefa de realizar uma série de seis tentativas: três com itens que custavam dois dólares ou menos, e três com itens que custavam cinquenta dólares ou mais.

Resultados: (a) Os vendedores podem ser dispensados, ou por terem agido de juízo sedado de forma diferente daquela que as teorias atuais de expectativas padronizadas fornecem, ou por não terem agido de juízo sedado o suficiente. Alguns demonstraram um pouco de ansiedade; ocasionalmente um deles ficou zangado. (b) 20% dos alunos incumbidos de fazer uma tentativa única se recusaram a tentar ou abortaram a tentativa, em comparação com 3% daqueles que tinham a tarefa de realizar uma série de seis tentativas. (c) Quando o episódio da barganha foi analisado como se constituindo em uma série de passos – antecipar a tentativa, abordar o vendedor, fazer, de fato, a oferta, conduzir a interação em seguida, concluir o episódio, e o que se seguir a isso – constatou-se que os medos ocorreram com maior frequência, em ambos os grupos, quando os alunos anteciparam *a tarefa* e quando abordaram o vendedor *na primeira tentativa*. Dentre aqueles que fizeram uma tentativa única, o número de pessoas que relataram desconforto diminuiu a cada passo sucessivo da sequência. A maioria dos alunos que barganharam duas ou mais vezes relatou que, a partir do terceiro episódio, eles começaram a gostar da tarefa. (d) A maioria dos alunos relatou menos desconforto quando barganharam mercadorias com preço alto do que quando pechincharam as com preço baixo. (e) Depois dos seis episódios, muitos alunos relataram que tinham aprendido, para sua "surpresa", que era possível barganhar em situações que tinham preços padronizados e ter alguma chance real de se conseguir um resultado vantajoso e que planejavam fazer isso no futuro, especialmente com relação a mercadorias caras.

Tais resultados sugerem que se pode considerar o membro da sociedade como uma pessoa culturalmente sedada (a) ao retratar um membro da sociedade como alguém que age conforme as regras, quando, na verdade, se está falando sobre a ansiedade antecipatória que o impede de permitir que uma situação se desenvolva, muito menos que confronte uma situação na qual ele tem a alternativa de agir ou não conforme a regra; ou (b) ao negligenciar a importância prática e teórica de dominar os medos. (c) Se, ao surgirem sentimentos perturbadores, as pessoas evitam mexer com essas expectativas "padronizadas", a padronização poderia consistir em uma padronização *atribuída*, que é apoiada pelo fato de as pessoas evitarem as próprias situações, nas quais poderiam aprender alguma coisa sobre elas.

Tanto o conhecimento leigo quanto o profissional sobre a natureza das ações governadas por regras e as consequências de quebrar as regras é baseado proeminentemente em procedimentos exatamente desse tipo. De fato, quanto mais importante a regra, maior é a probabilidade de o conhecimento ser baseado em tentativas evitadas.

Qualquer um que examine as expectativas que compõem os contextos rotineiros das atividades comuns se defrontará certamente com resultados estranhos, porque eles raramente têm sido expostos pelos investigadores, mesmo a uma revisão tão básica como a que seria produzida por um ensaio mental de sua quebra.

Uma outra forma pela qual o membro da sociedade pode ser transformado em alguém de juízo sedado é usando qualquer uma das teorias disponíveis sobre as propriedades formais dos signos e símbolos usados para retratar a forma como as pessoas interpretam a organização do ambiente como significativa. A pessoa sedada pode ser considerada de diversas formas. Irei mencionar duas.

(a) Caracteristicamente, as investigações formais têm se preocupado ou com elaborar teorias normativas de usos simbólicos, ou, enquanto procuram teorias descritivas, aceitam teorias normativas. Em qualquer um dos dois casos é necessário instruir o membro que irá interpretar a agir de acordo com as instruções dos investigadores, de modo a garantir que o investigador poderá estudar seus usos como exemplos dos usos que o investigador tem em mente. Mas, de acordo com Wittgenstein[14], os usos reais de uma pessoa são usos racionais em *algum* "jogo de linguagem". Qual é o jogo *deles*? Enquanto essa questão programática for negligenciada, é inevitável que os usos de uma pessoa sejam insuficientes. Quanto mais isso for assim, maior os interesses do sujeito nos usos ditados por considerações práticas, diferentes daquelas do investigador.

(b) As teorias disponíveis têm muitas coisas importantes a dizer sobre tais funções dos signos, como marcas e indicações, mas não dizem nada sobre funções muito mais comuns, tais como glosas, sinédoques, representação documentada, eufemismo, ironia e duplo sentido. As referências ao conhecimento de senso comum das atividades ordinárias podem ser desconsideradas seguramente, quando se detectam e se analisam as marcas e as indicações como sendo funções do signo, *porque* os usuários também as desconsideram. Entretanto, a análise da ironia, do duplo sentido, das glosas, e coisas semelhantes, impõe exigências diferentes. Qualquer tentativa de se considerar a relação entre elocuções, significados, perspectivas e ordens necessariamente requer que se faça referência ao conhecimento de senso comum de atividades ordinárias.

Apesar de os investigadores terem negligenciado esses usos "complexos", eles não negligenciaram completamente seu caráter problemático. Em vez disso, eles os glosavam, quando retrataram os usos do membro de uma comunidade linguística como sendo ligados à cultura ou compelidos por uma necessidade, ou quando interpretaram os pares de aparências e objetos pretendidos – os pares de "signo" e "referente" – como sendo uma associação. Em cada caso, uma descrição procedimental de tais usos simbólicos é impedida quando se negligencia o trabalho de julgamento do usuário.

Foi justamente esse trabalho de julgamento, junto com o seu apoio em e referência ao conhecimento de senso comum das estruturas sociais, que se impuseram a nós em todos os casos, em que incongruências foram induzidas. Exigiam nossa atenção porque nossos sujeitos tinham precisamente que lidar com seus julgamentos e seu conhecimento de senso comum como sendo questões que as incongruências apresentavam a eles como problemas práticos. Cada procedimento que envolvia desvios de um curso antecipado de acontecimentos ordinários, independentemente de o desvio ser grande ou pequeno, provocava nos sujeitos a ideia de que o experimentador estava fazendo uso de duplo sentido, de ironia, de interpretações, de eufemismo ou de mentiras. Isso ocorreu repetidamente nos desvios do jogo de comportamento cotidiano.

Os alunos foram instruídos a jogarem o jogo da velha e a formarem duplas de acordo com a idade, sexo e o grau de proximidade do aluno. Depois de desenharem a grade do jogo da velha, eles convidavam o jogador a fazer o primeiro movimento. Depois que o jogador o fazia, o experimentador apagava o símbolo que o jogador havia escrito, movia-o para outro quadrado e escrevia seu próprio símbolo, mas sem dar indicação alguma de que havia algo de incomum na jogada. Em metade das 247 tentativas, os alunos relataram que os sujeitos trataram a jogada como um gesto com um significado oculto, porém definido. Os sujeitos estavam convencidos de que o experimentador estava "atrás de algo" que ele não estava revelando, e o que quer que fosse que ele estava "realmente" fazendo, não tinha nada a ver com jogo da velha. Ele estava fazendo uma insinuação sexual; ele estava comentando sobre a estupidez do sujeito; ele estava fazendo um gesto de desprezo, ou de insolência. Efeitos idênticos ocorreram quando os alunos barganharam mercadorias de preço padronizado, ou quando pediram que o outro explicasse suas observações de lugar-comum, ou quando se juntaram sem serem convidados a uma conversa entre um grupo de desconhecidos, ou quando usaram um olhar que, durante uma conversa ordinária, percorria "aleatoriamente" vários objetos no ambiente.

Uma outra forma ainda de se considerar a pessoa como uma pessoa culturalmente sedada é simplificar a textura comunicativa de seu ambiente comportamental. Por exemplo, quando se dá maior *status* a eventos físicos, podemos teorizar até à exaustão o modo em que a cena de uma pessoa, como uma textura de eventos potenciais e reais, contém não só aparências e atribuições, mas também os estados internos de vida da pessoa. Deparamo-nos com isso no procedimento a seguir:

Os alunos foram instruídos a escolherem alguém que não fosse um membro de sua família e, durante uma conversa ordinária e sem indicar que algo fora do normal estava acontecendo, mover seu rosto para perto do rosto do sujeito até seus narizes quase se tocarem. De acordo com a maioria dos 79 relatos, independentemente de o sujeito ser do mesmo sexo ou de sexo diferente, de serem conhecidos ou amigos íntimos (foi proibido fazerem a experiência com estranhos), e independentemente de diferenças de idade (exceto quando crianças estavam envolvidas), o procedimento motivou em *ambos*, o experimentador e o sujeito, atribuições de intenção sexual da parte do outro, apesar da confirmação dessa intenção ser impedida pelo próprio caráter do procedimento. Tais atribuições ao outro foram acompanhadas pelos impulsos da própria pessoa, que também se tornaram parte da cena, como sendo não só desejados, mas também desejantes. O convite não confirmado para escolher foi acompanhado pela hesitação conflituosa sobre reconhecer a escolha e sobre ter sido escolhido. As reações características foram: tentativas de evitação, perplexidade, embaraço agudo, dissimulação e, acima de tudo, incerteza sobre tudo isso e também incerteza sobre o sentimento de medo, de esperança e de raiva. Esses efeitos foram mais acentuados entre pessoas do sexo masculino. Caracteristicamente, os experimentadores foram incapazes de fazer a situação voltar ao normal. Os sujeitos aceitavam apenas parcialmente a explicação do experimentador de que aquilo tinha sido feito como "uma experiência para um curso de Sociologia". Frequentemente reclamavam: "Tudo bem, foi uma experiência, mas por que você tinha que *me* escolher?" Na maioria das vezes, tanto o sujeito quanto o experimentador queriam alguma outra solução do que aquela fornecida pela explicação, mas não tinham certeza sobre o que poderia ou deveria ser.

Por fim, o membro pode ser considerado como uma pessoa de juízo sedado, quando retrata ações rotineiras como sendo governadas por acordos preestabelecidos e quando faz a probabilidade de que o membro reconhecerá o desvio depender da existência de um acordo preestabelecido. Pode-se ver que isso é uma questão de mera preferência teórica, cujo uso nos faz teorizar até os fenômenos essenciais deixarem de existir, quando consideramos o fato lugar-comum de que as pessoas irão se ater ao cumprimento de acordos, cujos termos nunca foram realmente estipulados. Essa propriedade negligenciada dos entendimentos comuns tem consequências importantes quando é explicitamente aplicada à descrição da natureza dos acordos.

Aparentemente, não importa o quanto os termos dos entendimentos comuns são específicos – um contrato pode ser considerado o protótipo –, eles alcançam o *status* de um acordo para as pessoas apenas enquanto as condições estipuladas carregam consigo uma cláusula *et cetera*[15] não dita, mas entendida. Estipulações específicas são formuladas sob a regra de um acordo quando são trazidas sob a jurisdição da cláusula *et cetera*. Isso não ocorre de uma vez por todas, mas está essencialmente ligado ao curso temporal interno e externo das atividades e, desse modo, ao desenvolvimento progressivo das circunstâncias e de suas contingências. Portanto, é tanto enganoso quanto incorreto pensar em um acordo como um mecanismo atuarial através do qual as pessoas podem predizer as atividades futuras umas das outras em qualquer situação aqui e agora. Mais precisamente, entendimentos comuns que foram formulados sob a regra de um acordo são usados pelas pessoas para normalizarem suas atividades reais, quaisquer que sejam. Não só pode surgir contingências, mas as pessoas sabem

que, em qualquer situação aqui e agora, as contingências podem se materializar, ou ser inventadas, a qualquer hora em que se tem que decidir, se o que as partes realmente fizeram satisfez o acordo ou não. A cláusula *et cetera* contribui para a certeza de que condições desconhecidas estão ao alcance de todos e, em termos da qual um acordo pode ser, em qualquer momento específico, retrospectivamente reinterpretado para se descobrir, à luz das circunstâncias práticas presentes, em que o acordo "realmente" consistia "em primeiro lugar" e "o tempo todo". O fato de que o trabalho de tornar presentes as circunstâncias sob a regra de atividades previamente acordadas seja às vezes contestado não deveria mascarar o fato de que seu uso pervasivo e rotineiro é uma característica contínua e essencial das "ações acordadas com entendimentos comuns".

Esse processo, a que chamarei um método para descobrir acordos por meio da provocação ou imposição de que a regra das circunstâncias práticas seja respeitada, é uma versão da ética prática. Apesar de ter recebido pouca, senão nenhuma, atenção dos cientistas sociais, trata-se da questão mais permanente e comum nas atividades cotidianas e nas teorias de senso comum sobre essas atividades. A perícia na manipulação deliberada de considerações *et cetera* para se conseguir vantagens específicas é um talento ocupacional dos advogados e é especificamente ensinado a alunos de Direito. Não se deve supor, entretanto, que, por ser uma habilidade dos advogados, somente eles tenham habilidade nisso, ou que somente aqueles que a usam deliberadamente a usam. Esse método existe de forma generalizada no fenômeno da sociedade como um sistema de atividades governadas por regras[16]. Ele está disponível como um dos mecanismos através dos quais os sucessos e a sorte inesperada, potenciais e reais, por um lado, e os desapontamentos, as frustrações e os fracassos, por outro lado, com os quais as pessoas inevitavelmente se deparam quando procuram seguir os acordos, podem ser gerenciados ao mesmo tempo em que mantêm a racionalidade percebida das atividades reais socialmente organizadas.

Um exemplo em pequena escala desse fenômeno, mas exato, foi produzido consistentemente por um procedimento, no qual o experimentador envolvia outros em uma conversa com um gravador por baixo do casaco. Durante a conversa, o experimentador abria a jaqueta de forma a revelar o gravador, dizendo: "Está vendo o que eu tenho?" Uma pausa inicial quase invariavelmente era seguida pela pergunta "O que vai fazer com isso?" Os sujeitos afirmavam que tinha havido uma quebra na expectativa de que a conversa era "entre nós". O fato de ter sido revelado que a conversa tinha sido gravada motivou novas possibilidades que as partes, então, procuraram trazer sob a jurisdição de um acordo que nunca haviam especificamente mencionado e que, de fato, não existia anteriormente. A conversa, que agora sabiam ter sido gravada, adquiriu, através disso, importância nova e problemática, em função dos usos desconhecidos para os quais ela poderia ser usada. Após isso, considerou-se que havia uma privacidade acordada, como se ela estivesse operando o tempo todo.

Observações finais

Venho argumentando que um interesse pela natureza, produção e reconhecimento de ações razoáveis, realísticas e analisáveis não é monopólio dos filósofos e dos sociólogos profissionais. Membros de uma sociedade estão necessariamente interessados nessas questões, tanto como características de suas atividades cotidianas quanto como parte de sua produção socialmente gerenciada. O estudo do conhecimento de senso comum e das atividades de senso comum consiste em tratar como fenômenos problemáticos os métodos reais, através dos quais os membros de uma sociedade, fazendo sociologia, leiga ou profissional, tornam passíveis de observação as estruturas sociais das atividades cotidianas. A "redescoberta" do senso comum é possível, talvez, porque sociólogos profissionais, como membros, têm se envolvido demais com o conhecimento de senso comum das estruturas sociais, tanto como tópico quanto como recurso para suas investigações, e não única e exclusivamente como tópico programático da sociologia.

Notas

1. O trabalho de Alfred Schutz, citado na nota seguinte, é uma exceção magnífica. Os leitores familiarizados com sua obra irão reconhecer o quanto este capítulo deve a ele.

2. SCHUTZ, A. *Der Sinnhafte Aufbau Der Sozialen Welt* (Wein: Verlag von Julius Springer, 1932) [*Collected Papers I*: The Problem of Social Reality. The Hague: Martinus Nijhoff, 1962 [Ed. de Maurice Natason]. • *Collected Papers II*: Studies in Social Theory. The Hague: Martinus Nijhoff, 1964 [Ed. de Arvid Broderson]. • *Collected Papers III*: Studies in Phenomenological Philosophy. The Hague: Martinus Nijhoff, 1966 [Ed. de I. Schutz]].

3. Complementarmente, o conhecimento sobre como as estruturas das atividades cotidianas são rotineiramente produzidas deveria permitir-nos descobrir como podemos proceder para efetivamente produzirmos as perturbações desejadas.

4. Karl Mannheim ("On the Interpretantion of 'Weltanschauung'". In: *Essays on the Sociology of Knowledge*. Nova York: Oxford University Press, 1952, p. 33-83 [Trad. e ed. de Paul Kecskemeti]) referiu-se a esse trabalho como o "método documentário de interpretação". Suas características estão detalhadas no capítulo 3.

5. Os conceitos de "confiança" e "desconfiança" são detalhados no meu artigo "A Conception of and Experiments with 'Trust' as a Condition of Stable Concerted Actions" (In: HARVEY, O.J. (ed.). *Motivation and Social Interaction*. Nova York: The Ronald Press, 1963, p. 187-238). Nele, o termo "confiança" é usado para se referir ao fato de uma pessoa aceitar agir de acordo com as expectativas da atitude da vida cotidiana como uma moralidade. Agir de acordo com uma regra de dúvida direcionada à correspondência entre as aparências e os objetos de que as aparências são aparências é apenas uma das formas de definir "desconfiança". Modificações em cada uma das outras expectativas que compõem a atitude da vida cotidiana, como também de seus vários subconjuntos, fornecem variações do tema central, que é tratar como questão problemática um mundo que se exige ser conhecido em comum e tomado como dado. Cf. a nota 2 para referências acerca da discussão de Schutz sobre a atitude da vida cotidiana. As expectativas que compõem essa atitude são enumeradas resumidamente nas páginas anteriores.

6. Garfinkel refere-se ao filósofo hispano-americano George Santayana (1863-1952) [N.T.].

7. O termo é um empréstimo de WEBER, M. "The Social Psychology of the World Religions". In: *From Max Weber*: Essays in Sociology. Nova York: Oxford University Press, 1946, p. 267-301 [Trad. de H.H. Gerth e C. Wright Mills]. Eu adaptei seu significado.

8. SCHUTZ, A. "Common Sense and Scientific Interpretations of Human Action. In: *Collected Papers I*: The Problem of Social Reality, p. 3-96 [Tb. em "On Multiple Realities", p. 207-259]. Cf. tb. cap. 8. • GARFINKEL. "Common Sense Knowledge of Social Structures". In: *Transactions of the Fourth World Congress of Sociology*, 4, 1959, p. 51-65.

9. Uso o termo "competência" significando a reivindicação de que o membro de uma coletividade tem o direito de exercer a capacidade de gerenciar suas atividades cotidianas sem interferência. Refiro-me ao fato de os membros poderem tomar como dadas tais reivindicações, chamando o membro de uma coletividade de um membro de *bona fide*. Uma discussão extensa das relações entre "competência" e "conhecimento de senso comum das estruturas sociais" pode ser encontrada na tese de doutorado de Egon Bittner: *Popular Interests in Psychiatric Remedies*: A Study in Social Control. Los Angeles: University of California, 1961. Uso os termos "coletividade" e "membros de uma coletividade" estritamente de acordo com a forma usada por Talcott Parsons em *The Social System* (Nova York: The Free Press of Glencoe, 1951) e na introdução geral de *Theories of Society* (de Talcott Parsons, Edward Shils, Kaspar D. Naegele e Jesse R. Pitts. Nova York: The Free Press of Glencoe, 1961).

10. Garfinkel refere-se ao psicólogo alemão Kurt Lewin (1890-1947), que trabalhou nos Estados Unidos a partir de 1933. Mentor da Teoria do Campo Psicológico [N.T.].

11. Seu objetivo era promover os melhores alunos da universidade [N.T.].

12. Racionalidades de senso comum são discutidas detalhadamente em SCHUTZ, A. "Common Sense and Scientific Interpretation of Human Action". In: *Collected Papers I*: The Problem of Social Reality, p. 3-47. • "The Problem of Rationality in the Social World". In: *Collected Papers II*: Studies in Social Theory, p. 64-88. Cf. tb. cap. 8 desta obra. As racionalidades de senso comum foram usadas por Egon Bittner (op. cit.) para recomendar que fosse feita uma crítica e uma reconstrução do interesse sociológico nas doenças mentais.

13. PARSONS, T. *Economy, Polity, Money and Power*, 1959, [inédito].

14. WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. Oxford: Basil Blackwell, 1959.

15. A cláusula *et cetera*, suas propriedades e as consequências de seu uso têm prevalecido como tópicos de estudo e discussão entre os membros das conferências de etnometodologia que têm ocorrido na Universidade da Califórnia, Los Angeles, e na Universidade de Colorado desde fevereiro de 1962, com a ajuda de uma bolsa de pesquisa da Agência da Força Aérea dos Estados Unidos para pesquisas científicas. Os membros das conferências são Egon Bittner, Harold Garfinkel, Craig Mac-Andrew, Edward Rose e Harvey Sacks. Discussões sobre o *et cetera* entre os participantes das conferências podem ser encontradas em BITTNER, E. "Radicalism: A Study of the Sociology of Knowledge". *American Sociological Review*, 28/12/1963, p. 928-940. • SACKS, H. "On Sociological Description". *Berkeley Journal of Sociology*, 8, 1963, p. 1-16. • GARFINKEL, H. "A Conception and Some Experiments With Trust..." Cf. tb. os cap. 1 e 3 deste volume. Outros estudos que tratam de procedimentos de codificação, métodos de interrogação, trabalho de advogados, tradução, construção de modelos, reconstrução histórica, "contabilidade social", contagem e diagnóstico de personalidade podem ser encontrados em artigos não publicados de Bittner, Garfinkel, MacAndrew, Rose e Sacks; em palestras transcritas dadas por Bittner, Garfinkel e Sacks sobre "Explicações razoáveis" na Décima Sexta Conferência Anual sobre Questões Mundiais, Universidade do Colorado, 11-12/04/1963, e nas transcrições das conferências.

16. Até onde isso é verdadeiro, o método estabelece a tarefa programática de reconstruir o problema da ordem social da forma como ele é atualmente formulado nas teorias sociológicas e de criticar as soluções atualmente preferidas. No cerne da reconstrução está o problema empírico de demonstrar as características definitivas do modo *et cetera* de pensar.

3 Conhecimento de senso comum das estruturas sociais

O método documentário de interpretação no levantamento leigo e profissional de fatos

Sociologicamente falando, a "cultura comum" refere-se aos fundamentos socialmente sancionados de inferência e ação que as pessoas usam em seus afazeres cotidianos e assumem que os outros usam da mesma maneira. Fatos-da-vida-em-sociedade-socialmente-sancionados-que-qualquer-membro-*bona-fide*-conhece descrevem tais temas como a conduta da vida familiar, organização do mercado, distribuição de honrarias, competências, responsabilidade, boa vontade, renda financeira, motivos entre os membros, frequência, causas de problemas e soluções para eles, e a presença de propósitos bons e ruins por trás do funcionamento aparente das coisas. Tais fatos da vida social, socialmente sancionados, consistem em descrições a partir do ponto de vista dos interesses do membro da coletividade[1] no gerenciamento de seus afazeres práticos. Baseando nosso uso na obra de Alfred Schutz[2], chamaremos esse conhecimento de ambientes socialmente organizados de ações concertadas de "conhecimento de senso comum das estruturas sociais".

A descoberta da cultura comum consiste na descoberta da existência do conhecimento de senso comum das estruturas sociais por cientistas sociais *a partir de dentro* da sociedade. Nessa descoberta, o cientista social trata o conhecimento e os procedimentos que os membros da sociedade usam para a sua montagem, teste, gerenciamento e transmissão, como objetos de interesse sociológico teórico.

Este capítulo ocupa-se do conhecimento de senso comum das estruturas sociais como objeto de interesse sociológico teórico. Ele ocupa-se das descrições de uma sociedade, cujos membros, *incluindo sociólogos profissionais*, como uma condição de seus direitos efetivos para gerenciar e comunicar as decisões de sentido, fato, método e textura causal, sem interferência – ou seja, como condição de sua "competência" –, usam e tratam como conhecidas em comum com outros membros e, juntamente com outros membros, tomam como dadas. Especificamente, o capítulo está voltado para uma descrição do trabalho pelo qual decisões de sentido e de fato são gerenciadas e o modo como um corpo de conhecimento factual de estruturas sociais é agrupado em situações de escolha de senso comum.